

02 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

03 EDITORIAL

04 AGENDA NOTICIOSA

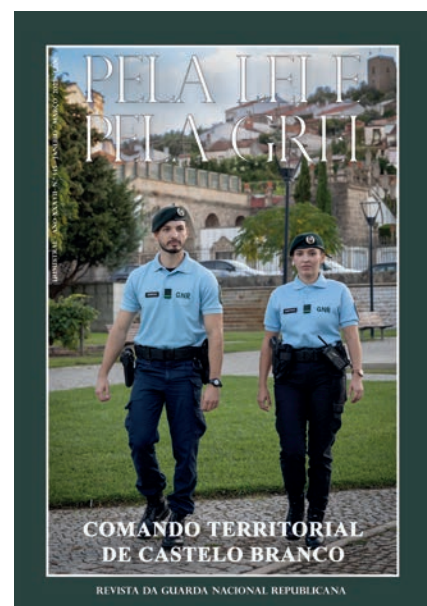
- 04 Dia do Comando Territorial de Faro
- 06 Dia do Comando Territorial de Bragança
- 08 Dia do Comando Territorial de Castelo Branco
- 10 Militar da GNR Distinguido
- 11 Militar da GNR Escala o Kilimanjaro
- 12 Tomada de Posse no Comando Territorial dos Açores
- 14 Militares da GNR Campeãs no Campeonato de Masters
- 15 Lancha de Patrulhamento da GNR *Bojador* em Missão da Frontex
- 16 Liga dos Bombeiros Homenageia Militares da GNR Falecidos no Douro
- 17 Tomada de Posse Canónica do Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança.
- 18 Visita de Delegação da Embaixada do Japão ao Comando-Geral da GNR
- 19 Cerimónia de Entrega de Equipamentos à GNR
- 20 Cerimónia de Entrega de Espadas aos Novos Oficiais da GNR
- 21 GNR de Lousada Campeã de Futsal

22 TEMA DE CAPA

22 COMANDO TERRITORIAL DE CASTELO BRANCO

56 CONHECER

56 Segurança Rodoviária e Mobilidade em Portugal



Comando Territorial de Castelo Branco

Ficha Técnica

Proprietário:

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 - Fax 213217159;

NIPC: 600008878

E-mail geral: cg.dhcg@gnr.pt;

Chefe de Divisão: José Miguel Silva Vieira, coronel de Infantaria;

I Redação e Edição: Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Redação: Paulo Guedelha, primeiro-sargento de Cavalaria; José Rasteiro, cabo de Infantaria;

I Serviços Administrativos: Paulo Guedelha, primeiro-sargento de Cavalaria; José Rasteiro, cabo de Infantaria;

I Revisão Ortográfica: Vasco Zacarias, cabo-chefe de Infantaria;

I Fotografia: Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR

I Execução Gráfica: Núcleo de Apoio Gráfico GNR, Rua Padre Adriano Botelho, n.º 1, 1300-436 Alcântara.

I Tiragem: 2.800 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20; Assinatura Anual: € 6,00; Ano XXXVII - N.º 145 - janeiro - março de 2025. Publicação Trimestral. N.º de registo ERC 127790.

Estatuto Editorial: Compete à Revista da Guarda veicular formação, informação e cultura a todos os militares e promover a divulgação da imagem e identidade institucional da Guarda.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não necessariamente um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico.

Referências Elogiosas

«Exmo. Senhor Comandante do Posto de Cucujães,
venho, pelo presente, expressar o meu mais sincero agradecimento aos agentes que se encontravam de serviço na zona da Margom-
ça, por volta das 22h, do dia 8 de fevereiro de 2025.
Como filha de um GNR e também ex-comandante reformado, sinto-me no dever de reconhecer e enaltecer o trabalho exemplar que
desempenharam.
Infelizmente, as forças de segurança nem sempre recebem o devido reconhecimento pelo serviço prestado à comunidade, muitas
vezes enfrentando desafios diários sem a devida valorização – e nem me refiro ao aspeto monetário, pois todos sabemos quão injus-
tamente são remunerados, tendo em conta aos riscos que correm.
Nessa noite, tive o privilégio de encontrar dois profissionais de excelência, seres humanos extraordinários, que não pouparam esfor-
ços para me ajudar num momento de grande angústia.
Perdi contacto com a minha filha adolescente por cerca de uma hora e o desespero de uma mãe, nessas circunstâncias, é indescritível.
Ao cruzar-me com estes agentes (guarda Carlos Rodrigues, guarda Bruno Rodrigues e guarda Bruno Mendes) e ter exposto a minha
situação, fui acolhida com empatia e profissionalismo, mesmo estando fora da sua área de jurisdição.
Sem hesitar, prestaram-me apoio e auxiliaram na busca até que a minha filha fosse encontrada por eles.
Não sei se são pais, mas, se o forem, tenho a certeza de que são tão excecionais nessa missão quanto o são como profissionais.
Por isso, peço-lhe, senhor comandante, que lhes transmita a minha mais profunda gratidão.
Continuo a acreditar que existem pessoas boas e dedicadas, mesmo quando nem sempre lhes é dado o devido valor.
É por isso que faço questão de expressar este agradecimento sincero a estes agentes, cuja humanidade e profissionalismo fizeram
toda a diferença para mim e para a minha família.
Com os melhores cumprimentos,
Carla Barreira.»

«Boa tarde,
em meu nome pessoal, dirijo estas minhas palavras ao Exmo. Senhor comandante Luís Duarte, do Posto da GNR de Alcanena.
No passado dia 12 de fevereiro de 2025, fui obrigada a contactar o Posto da GNR de Alcanena devido a desacatos pro-
vocados por terceiros, no exterior da minha habitação. Estando eu no exercício da minha atividade profissional, entrei num
estado de ansiedade enorme, pois tinha a minha filha menor comigo e a intervenção rápida e eficiente da patrulha foi algo
extraordinário e de louvar.
Graças à prontidão, zelo e humanidade dos senhores agentes Paulo Silva e Ricardo Carmo, que até à minha chegada
conseguiram acalmar e solucionar os desacatos e estiveram sempre com uma calma louvável a acompanhar a minha filha,
numa sensibilidade excecional, dois seres humanos muito educados, bem formados, uma esperança que transmitem a esta
classe profissional tanta vez posta em causa.
Presto o mais profundo agradecimento e reconhecimento a estes dois agentes em particular e um bem-haja a todos os
militares.
Agradeço a atenção dispensada e espero sinceramente o registo desta intervenção no âmbito de um reconhecimento.
Obrigada.
Com os melhores cumprimentos,
Diana Rodrigues.»

«Bom dia,
gostaria de expressar o meu sincero agradecimento ao guarda-principal Costa e ao guarda Ferreira, do Posto da GNR de
Arganil, pelo excelente trabalho realizado no dia 04/03/2025, pelas 16h30, na IC6 (Arganil - Coimbra).
Nessa ocasião, prestaram-me auxílio na substituição de um pneu da minha autocaravana, numa via de circulação rápida
e numa curva, garantindo assim a minha segurança.
Em particular, destaco o empenho do guarda-principal Costa que, com grande dedicação, chegou mesmo a deitar-se
debaixo do veículo para proceder à troca do pneu.
Este gesto foi um verdadeiro exemplo de profissionalismo, espírito de serviço e ajuda ao próximo. A forma exemplar como
ambos desempenham as suas funções, demonstra não só competência, mas também um verdadeiro compromisso com
a segurança e o bem-estar da comunidade.
O meu reconhecimento e respeito pelo excelente trabalho realizado. Muito obrigado!
Atenciosamente,
Gustavo António de Sousa Neto.»



Nesta nossa 145.ª edição, apresentamos-lhe o Comando Territorial (CTer) da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco, Unidade que espelha o nosso comprometimento constante de bem servir, sem olvidar os valores de disciplina, lealdade e dedicação, na esperança de reforçar, ainda mais, a confiança de toda a comunidade e neste caso em particular, de toda a região de Castelo Branco.

«Firme, Segura e Forte» é a divisa ostentada no brasão de armas do CTer da GNR de Castelo Branco. A adjetivação não só delineia a intrepidez assumida por esta Unidade Territorial, como também reflete as características das gentes desta cidade com história de fundação omissa, sabendo-se apenas que a região em que se insere já é habitada desde o Paleolítico.

No decurso do século XIII, Castelo Branco terá tido um considerável desenvolvimento. Mais tarde, no reinado de D. João III, a reconhecida expansão e o crescente aumento populacional valeram-lhe a ascensão a vila. Por decisão do rei D. José I, foi elevada a cidade, em 1771.

Inevitavelmente, o incremento populacional também refletiu

o aumento da criminalidade, levando a comunidade da região a ansiar por medidas contra os malfeitores. A GNR, criada em 1911, afirmou-se em Castelo Branco através da instalação de um Comando na cidade, uma Unidade figurada na então 2.ª Companhia do antigo Batalhão n.º 4, com o intuito de estabelecer a ordem, segurança e tranquilidade públicas.

Embora a Instituição tenha estado envolta em várias reorganizações da sua estrutura, em Castelo Branco a GNR revelou-se uma resposta firme às exigências de segurança num território vasto e maioritariamente rural, fruto de toda a abnegação e espírito de serviço público que distinguem a nossa Instituição.

Atualmente integrando sete Destacamentos e 28 Postos Territoriais, o CTer de Castelo Branco devota-se diariamente em dar o seu melhor aos mais de 18800 habitantes, numa área superior a 1300 km², através de ações preventivas e repressivas, nas diversas valências de que dispõe.

A permanente disponibilidade, prontidão, rigor e espírito de missão são valores que marcam os militares da GNR que verdadeiramente fazem a diferença.

Com alicerces no passado e a olhar para o futuro, a GNR de Castelo Branco afirma-se, há muito tempo, como uma força de segurança imperiosa para o bem-estar das pessoas.

«Em Castelo Branco, a GNR não é apenas uma Instituição de segurança. É um pilar de confiança e de estabilidade, sempre Firme, Segura e Forte, ao lado dos cidadãos».

Resta-nos agradecer a sua continuidade conosco, desejando-lhe os melhores momentos de leitura com a nossa Revista da Guarda, *Pela Lei Pela Grei*, mantendo da nossa promessa em tentar recuperar as edições em atraso, o mais brevemente possível.

Quartel do Carmo, Lisboa.

O chefe da Divisão de História e Cultura da Guarda

José Miguel Silva Vieira
Coronel

PELA LEI E PELA GREI

Aniversários

Dia do Comando Territorial de Faro(Vilamoura)





PELA LEI E PELA GREI

Dia do Comando Territorial de Bragança(Vila Flor)





PELA LEI E PELA GREI

Dia do Comando Territorial de Castelo Branco (Castelo Branco)





Notícias

Militar da GNR Distinguido

Durante a sessão solene comemorativa do 184.º Aniversário da Freguesia de Alcabideche, o cabo António Manuel Periquito, da GNR, foi distinguido com a Medalha de Mérito de Serviços Distintos daquela edilidade, em

reconhecimento pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados ao longo de 34 anos na GNR, 32 dos quais, ao serviço da comunidade de Alcabideche.

Muitos Parabéns!



F1

Militar da GNR Escala Kilimanjaro

A tenente-coronel da GNR Lídia Magalhães subiu ao topo do Kilimanjaro, na Tanzânia, a maior montanha do Continente Africano, totalizando 5.895 metros de altitude.

O local, conhecido como o pico «Uhuru», foi alcançado no dia 5 de fevereiro de 2025, onde a tenente-coronel Lídia Magalhães registou o momento, envergando a bandeira da GNR.

Muitos parabéns pela bravura e destreza física que lhe permitiram alcançar este feito notável.



F2

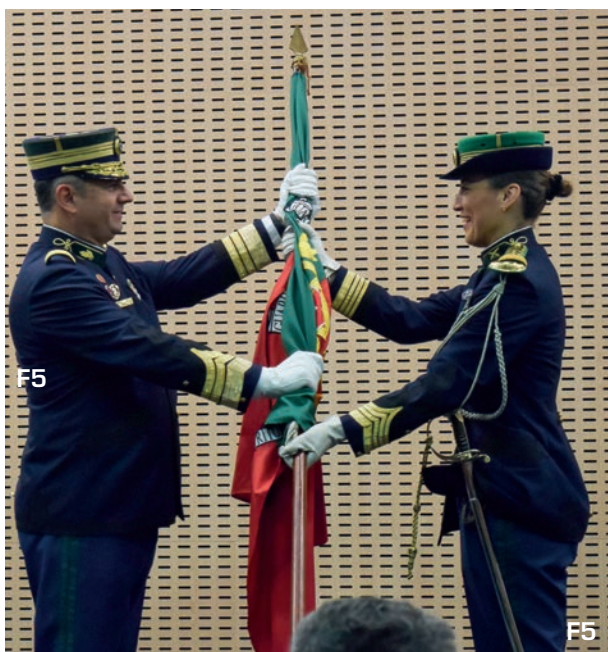


F3



F4

Tomada de Posse no Comando Territorial dos Açores



No dia 7 de fevereiro de 2025, realizou-se a cerimónia de tomada de posse no Comando Territorial (CTer) dos Açores, presidida pela ministra da Administração Interna, Prof.ª Dr.ª Margarida Blasco, que contou com a presença de diversas entidades militares e civis, e com o comandante-geral da GNR, tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso, que conferiu a posse à coronel Cláudia Margarida dos Santos, primeira mulher a comandar uma Unidade Territorial da GNR.

O evento decorreu no Centro Cívico e Cultural de Santa Clara, na cidade de Ponta Delgada. O CTer dos Açores é responsável pela missão de vigilância da costa e do mar territorial, prevenção e investigação de infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, articulando-se com o governo regional na atividade operacional e nas matérias cuja tutela compete à região. Compete-lhe ainda vigiar, fiscalizar e investigar todas as infrações à legislação que visa prote-

ger a natureza, o ambiente e o património natural e cooperar com os órgãos da região em matérias do âmbito das atribuições da GNR.

O CTer dos Açores compreende três Destacamentos Territoriais sediados em Ponta Delgada (ilha de S. Miguel), Angra do Heroísmo (ilha Terceira) e Horta (ilha do Faial), que se articulam em nove Postos, em cada uma das ilhas da Região Autónoma dos Açores.

A nova comandante sucedeu ao coronel José Miguel Silva Vieira, que exercia funções naquele CTer.

A cerimónia foi integrada nesta ocasião da visita da ministra aos Açores, em que as altas entidades tiveram a oportunidade de conhecer de perto as instalações e operações desenvolvidas pela GNR na ilha de São Miguel, com passagem pela sede do CTer dos Açores, Posto Territorial de Ponta Delgada, Destacamento de Guarda de Fronteiras dos Açores e Posto de Fronteira de Ponta Delgada.





Militares da GNR Campeãs no Campeonato de Masters

Durante os dias 15 e 16 de fevereiro de 2025, o Complexo Desportivo de Lousada recebeu o Campeonato Regional de Inverno de *Masters*, que contou com a participação de duas militares da GNR que se destacaram pelos excelentes resultados obtidos.

A guarda-principal Isabel Coelho, do Destacamento de Intervenção do Porto, sagrou-se campeã regional nas provas de 60 metros, triplo salto, corrida 200 metros, salto em comprimento e 4 x 200 metros, estabelecendo ainda o recorde regional nas duas últimas provas mencionadas.

A guarda-principal Carla Machado, da Secção de Recursos Logísticos e Financeiros do Comando Territorial do Porto, conquistou o título de campeã regional no salto em comprimento e no triplo salto, alcançando ainda um honroso segundo lugar nas provas de 60 metros e 60 metros de barreiras.

A GNR felicita orgulhosamente as atletas militares, pelo seu desempenho e pelos excelentes resultados desportivos alcançados. Muitos parabéns!



Lancha de Patrulhamento da GNR *Bojador* em Missão da Frontex

No dia 17 de fevereiro de 2025, a GNR, através da Unidade de Controlo Costeiro e de Fronteiras (UCCF), projetou a lancha de patrulhamento costeiro *Bojador* para integrar a Operação Frontex – JO SPAIN 2025, que decorreu em Almería, Espanha.

A missão teve como objetivo reforçar a vigilância da fronteira marítima no âmbito das operações de Guarda Costeira, prevenindo e combatendo atividades ilícitas como o tráfico de droga e de seres humanos, a pesca ilegal e a falsificação de documentos.

Além disso, a operação também prestou apoio em ações de busca e salvamento.

Para a missão foram destacados 14 militares da GNR por projeção.

A GNR tem vindo a participar em várias operações da Frontex desde 2007, tendo mobilizado mais de 1.150 militares para reforçar a segurança das fronteiras externas da União Europeia.



Liga dos Bombeiros Homenageia Militares da GNR Falecidos no Douro

No dia 18 de fevereiro de 2025, a Liga dos Bombeiros Portugueses prestou uma homenagem aos cinco militares da GNR que perderam a vida na queda de um helicóptero no rio Douro, em Lamego, enquanto combatiam um incêndio rural.

A pedido das famílias das vítimas, a cerimónia decorreu à porta fechada, no Solar dos Peixotos, em Viseu.

A homenagem contou com a presença da ministra da Administração Interna, Prof.^a Dr.^a Margarida Blasco, do comandante-geral da GNR, tenente-general Rui Alberto Ribeiro

Veloso, do presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, António Nunes, e de várias entidades ligadas à Proteção e Socorro.

António Nunes sublinhou a importância deste reconhecimento, destacando que os militares falecidos «estiveram lado a lado com os bombeiros» na missão de proteger vidas e bens, e que, por isso, mereciam ser lembrados como heróis.

Os militares, com idades entre os 29 e 45 anos, eram naturais de Lamego, Moimenta da Beira e Castro Daire.



Tomada de Posse Canónica do Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

A cerimónia da tomada de posse canónica do novo bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Sérgio Dinis, decorreu no dia 20 de fevereiro de 2025, na Igreja da Memória, em Lisboa.

A solenidade contou com a presença da ministra da Administração Interna, Prof.ª Dr.ª Margarida Blasco, do secretário de Estado da Administração Interna, Dr.ª Telmo Correia, do

comandante-geral da GNR, tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso, do diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, superintendente Luís Carrilho e do patriarca de Lisboa, D. Rui Valério, entre outras entidades militares e civis.

D. Sérgio Dinis passou assim a ser novo responsável do Ordinariato Castrense.



Visita de Delegação da Embaixada do Japão ao Comando-Geral da GNR

Uma delegação da embaixada do Japão em Portugal visitou o CG da GNR, em Lisboa, no 25 de fevereiro de 2025.

A delegação, representada pela adida de segurança Noriko Tsukazak, e pela senhora Aoki Yukiko, do protocolo da embaixada do Japão em Portugal, foi acompanhada pelo chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI), coronel Jorge Meireles, pelo adjunto do chefe da DPERI, te-

nente-coronel Rui Pereira, pelo oficial de ligação da *Arma dei Carabinieri* italiana na GNR, coronel Walter Fava, e por Marta Neves e Leonor Filipe, alunas do curso de Licenciatura em Relações Internacionais, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, em estágio curricular na GNR. O programa deste evento incluiu um brífingue institucional e uma visita ao Museu da GNR.



Cerimónia de Entrega de Equipamentos à GNR

No âmbito da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos (LPIE) das Forças e Serviços de Segurança, a GNR recebeu, no dia 26 de fevereiro, na Escola da Guarda, em Queluz, um conjunto de equipamentos essenciais para o cumprimento da sua missão diária.



F19

Foram entregues equipamentos com destino à valência do Trânsito (14 instrumentos de pesagem), ao Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (oito embarcações semirrigidas), ao patrulhamento de proximidade das Unidades Territoriais e também para o serviço de patrulhamento de apoio ao turismo (84 velocípedes, dos quais 67 convencionais e 17 elétricos), à Unidade de Segurança e Honras de Estado que recebeu cinco atrelados para solípedes.



F20



F21



F22

Cerimónia de Entrega de Espadas aos Novos Oficiais da GNR

Em 28 de fevereiro de 2025, realizou-se, no Comando-Geral da GNR, em Lisboa, mais uma cerimónia de promoção ao posto de alferes e respetiva entrega de espadas aos novos oficiais do Quadro Técnico Superior da GNR, conferindo-lhes a autoridade para o exercício

de funções de comando e liderança, um gesto que marca a responsabilidade do compromisso assumido.

O evento foi presidido pelo secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Telmo Correia, que contou com a presença do comandante-geral da GNR, tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso entre outros militares e civis, assim como familiares e amigos dos novos alferes.



GNR de Lousada Campeã de Futsal

Em fevereiro de 2025, foi realizado um torneio de futsal promovido pelos Bombeiros Voluntários de Lousada, no âmbito das comemorações do seu centenário.

Inserida no programa «100 anos, 100 eventos», esta iniciativa reuniu diversas equipas das Unidades de Proteção Civil do concelho, nomeadamente as formações da GNR, dos Bombeiros Voluntários de Lousada, da Polícia Municipal e dos Correios de Portugal. No final do torneio, a GNR sagrou-se campeã, de-

monstrando grande espírito de equipa e determinação ao longo das partidas.

Os jogos ficaram marcados pelo espírito de desportivismo e pela competição saudável entre as equipas, revelando-se um momento de convívio e fortalecimento de laços entre as diferentes instituições locais, a par da comemoração dos 100 anos de dedicação ao serviço público dos Bombeiros Voluntários de Lousada.



F27

Comando Territorial de Castelo Branco

Pelo coronel Luís Manuel Paulico Serra Patrício (coord.);
Tenente-coronel Miguel Correia da Silva *et alii**

A Implantação da República, em 1910, abriu um novo capítulo na história de Portugal. No seguimento desse momento transformador, foi criada a GNR, através do decreto de 3 de maio de 1911. Desde então, a Instituição afirmou-se como garante da ordem, da segurança e da tranquilidade públicas, estendendo a sua presença a todo o território nacional.

No entanto, a distribuição da GNR pelo território nacional não foi realizada ao mesmo ritmo, tendo-se iniciado pelo Sul com a organização das Companhias de Beja, Évora e Portalegre. Era a região do grande latifúndio e onde desde há muito se reclamava por uma «Polícia Rural» para pôr cobro aos bandos de malfeitores. Perante a ação da GNR, nos distritos do Alentejo já dotados de Companhias Rurais, verificou-se um deslocamento da criminalidade para os distritos vizinhos, tais como Santarém e Castelo Branco.

É nesta conjuntura que, em abril de 1912, o Governo autoriza a organização de três Companhias Rurais, sendo uma delas a de Castelo Branco.

Este marco histórico, ainda hoje assinalado, constitui a origem e a tradição de que o atual Comando Territorial (CTer) da GNR de Castelo Branco é legítimo herdeiro, preservando a memória dos que serviram no passado e pro-

jetando esse legado para o futuro.

Embora estivesse definido organicamente que a Companhia de Castelo Branco se encontrava na dependência do Batalhão n.º 4, na prática não o estava, devido ao atraso da organização deste último. Assim, a Companhia de Castelo Branco encontrava-se dependente do Batalhão n.º 2, com a designação de 5.ª Companhia, até à organização do Batalhão n.º 4, com sede em Viseu.

No distrito de Castelo Branco, a história inicia-se em 27 de março de 1912, data em que, ainda hoje, se celebra o aniversário desta Unidade.



F28

Nessa ocasião histórica, destaca-se de forma ímpar a figura do então capitão Sande Lemos, a quem coube a missão de proceder ao levantamento da 2.ª Companhia do Batalhão n.º 4, marco inaugural da presença da GNR

*Capitão João Esteves dos Santos, tenente Miguel Ângelo Reis Diamantino, alferes João Pedro da Silva Ramos, sargento-chefe Orlando Manuel Pintassilgo Esteves, sargento-chefe Pedro Miguel Nunes Farinha, sargento Ricardo José Cavalheiro Garrido, cabo Mário Reis Dias, guarda-principal Cristiana Mendes Ladeira, guarda Wilson Roberto Rodrigues Nóbrega.

em Castelo Branco. Sob a sua liderança, foram organizados os primeiros 127 militares e 43 cavalos, que constituíram o embrião da Instituição no distrito e lançaram as bases de uma tradição que se mantém viva e respeitada mais de um século depois.

Em reconhecimento do papel determinante que lhe é devido, o CTer da GNR de Castelo Branco perpetua a sua memória através da Sala Coronel Sande Lemos, espaço nobre e solene destinado a acolher atos e cerimónias oficiais da Unidade. Mais do que um atributo, esta sala assume-se como símbolo da continuidade histórica e da honra de todos quantos serviram e servem a GNR na região.

A relevância do coronel Sande Lemos transcende a criação do primeiro Destacamento local. A sua ação representou a materialização do esforço institucional em garantir segurança e ordem públicas num território vasto,

maioritariamente rural, mas de inegável importância estratégica, cultural e social. A liderança que exerceu permitiu alicerçar valores que, ainda hoje, norteiam a missão da GNR: disciplina, proximidade e inabalável compromisso com a comunidade.

De acordo com o decreto de 3 de maio de 1911, que criou a GNR, a Companhia Rural de Castelo Branco tinha inicialmente sob sua dependência as secções de Castelo Branco e da Covilhã. Contudo, com a publicação da Lei n.º 1, de 1 de julho de 1913, que aprovou a Lei Orgânica da GNR com alguns ajustamentos, foi definida a criação da Secção da Sertã, em 1914. Esta nova secção integrou os Postos Territoriais da Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e o Subposto da Sobreira Formosa, passando assim a Companhia de Castelo Branco a contar com três secções na sua estrutura. Em 1915, a organização da GNR sofre uma



F29

alteração através da Lei Orçamental n.º 400 desse mesmo ano, definindo que a sede do Batalhão n.º 2 passasse a ser em Santarém e, ao mesmo tempo, altera a numeração das Companhias, cabendo à de Castelo Branco a designação de 3.ª Companhia.

Em janeiro de 1919, pela ação de monárquicos exilados na Galiza, chefiados por Paiva Couceiro, é implantada a Monarquia na cidade do Porto, que historicamente se veio a designar como a «Monarquia do Norte». Um acontecimento que também teve repercussões em Lisboa, levando a confrontos entre as forças monárquicas e republicanas em Monsanto. Com estes eventos e o regime republicano a contar com o apoio da GNR como força de confiança, em maio de 1919, a GNR sofreu uma nova reorganização pelo Decreto n.º 5787-4S, que se traduziu num aumento de efetivos, número de Batalhões e na aquisição de artilharia pesada. No caso da Companhia de Castelo Branco, esta passou a pertencer ao Batalhão n.º 9, como 3.ª Companhia.

Após o trágico acontecimento da «Noite Sangrenta» de 19 de outubro de 1921, a GNR sofre um revés com da reorganização imposta pelo Decreto n.º 8064 que, com a diminuição de efetivos e suprimento de armamento pesado, retirou força à Instituição, obrigando a cumprir a missão para a qual tinha sido criada: a de uma polícia rural. Com esta reorganização, a Companhia de Castelo Branco passa a ser a 3.ª Companhia do Batalhão n.º 8.

Com o golpe militar de 28 de maio de 1926, que instituiu em Portugal a Ditadura Militar, a Companhia de Castelo Branco passa, em 1928, a ser a 5.ª Companhia do Batalhão n.º

5. Em 1944, a GNR sofre nova reorganização pelo Decreto n.º 33905, mantendo-se em Castelo Branco a 5.ª Companhia do Batalhão n.º 5. Na sequência do Decreto-Lei n.º 333, que decreta a Lei Orgânica da GNR, e pela da Portaria n.º 722 de 25 de setembro de 1985 - Regulamento Geral do Serviço da GNR, são conferidos à GNR os instrumentos legais mínimos relativamente à eficiência da sua operacionalidade e racionalização funcional, continuando a Companhia de Castelo Branco a integrar o Batalhão n.º 5.



Os Batalhões passam a denominar-se Brigadas, articuladas em Grupos Territoriais, mantendo a numeração e respetivas áreas de ação. A Companhia de Castelo Branco tornou-se o Grupo Territorial de Castelo Branco da Brigada Territorial n.º 5, sediada em Coimbra. A Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro, introduziu alterações profundas à organização da GNR, extinguindo o escalão Brigada, passando os Grupos Territoriais a Unidades Territoriais. Deste modo, o Grupo Territorial de Castelo

Branco passou a denominar-se CTer da GNR de Castelo Branco, constituído por Subunidades operacionais, designados Destacamentos Territoriais, que se articulam localmente em Postos Territoriais.

A instalação da GNR em Castelo Branco representou, desde cedo, uma resposta firme às exigências de segurança de um território vasto, maioritariamente rural, mas de enorme relevância estratégica, cultural e social.

O CTer da GNR de Castelo Branco afirma-se como uma estrutura determinante na preservação da segurança, da ordem pública e da ligação de confiança com as comunidades. A sua área de atuação, marcada pela diversidade geográfica — das aldeias serranas e históricas às cidades em crescimento —, traduz-se num compromisso constante de bem servir, alicerçado nos valores de lealdade, disciplina e dedicação.

Mais de um século volvido, a missão da GNR permanece inalterada, renovando-se diariamente no serviço de proximidade e proteção das populações do distrito.

Caracterização

O distrito de Castelo Branco localiza-se na Beira Baixa, numa posição geográfica estratégica, delimitado a Norte pelo distrito da Guarda, a Sul pelo distrito de Portalegre, a Oeste pelos distritos de Santarém, Leiria e Coimbra e a Este pela fronteira com a Espanha (Cáceres).

Comporta uma área total de 6 675 km² (4.º maior distrito em área) e uma população residente de 196 264 habitantes. A sua divisão administrativa compreende 11 concelhos, entre os quais se destacam as cidades de Castelo Branco, Covilhã e Fundão, bem como 120 freguesias de marcada identidade local.



Insere-se na área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da Região Centro, agrupando-se os seus concelhos nas comunidades intermunicipais das Beiras e serra da Estrela (Belmonte, Covilhã e Fundão) e Beira Baixa (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Rodão, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei).

Caracterizado por uma notável diversidade geográfica, o distrito estende-se desde as planícies e vales férteis da Beira Baixa às imponentes serranias da Estrela e da Gardunha, conjugando zonas agrícolas com áreas serranas e florestais de elevado valor natural.

O clima é marcado por contrastes significativos, com verões quentes e secos, que potenciam o risco de incêndios florestais, e invernos rigorosos, sobretudo, nas áreas de maior altitude, onde a neve assume protagonismo.



Em termos demográficos, Castelo Branco apresenta uma população marcada pela dispersão territorial e pelo envelhecimento, com forte incidência de comunidades rurais. Paralelamente, distingue-se pela sua diversidade cultural, resultado da presença de um elevado número de migrantes que escolheram o distrito para viver e trabalhar, contribuindo de forma significativa para a vitalidade social e para a riqueza cultural da região.

As tradições mantêm-se vivas em cada concelho, expressas em festas populares e eventos que preservam a identidade local. Desde os festivais, passando pelas feiras e romarias que atravessam o calendário anual, o distrito preserva e projeta um património imaterial único, em que a música, a gastronomia e os costumes rurais continuam a ser elementos centrais da vida comunitária.

Parques Naturais no Âmbito Territorial da GNR de Castelo Branco

O distrito de Castelo Branco distingue-se pela sua excecional riqueza natural, integrando três áreas protegidas de grande relevância ecológica e patrimonial: o Parque Natural do Tejo Internacional, verdadeiro santuário de biodiversidade, o Parque Natural da Serra da Estrela, referência incontornável para o turismo de montanha e de natureza, e a Reserva Natural da Serra da Malcata, reconhecida pelo seu valor na preservação de espécies emblemáticas. Estes territórios assumem-se como pilares do património ambiental da região e polos estratégicos para o desenvolvimento do turismo e da economia local.

O Parque Natural do Tejo Internacional, loca-

lizado na fronteira entre Portugal e Espanha, é um dos maiores símbolos da riqueza natural do distrito de Castelo Branco. Caracterizado pela imponência do rio Tejo e pelas suas escarpas agrestes, acolhe uma notável diversidade de fauna e flora, incluindo espécies protegidas em raros tipos de *habitat*. Para além do valor ambiental, este parque assume também relevância cultural e histórica, com aldeias raianas que preservam tradições seculares, e representa um importante polo de atração turística, conjugando a conservação da natureza com as atividades sustentáveis de lazer e descoberta.

A serra da Estrela (F33), ponto mais elevado de Portugal Continental (1993m), estende-se pelos distritos de Castelo Branco, Guarda e Coimbra, destacando-se pela preservação de ecossistemas de montanha singulares, espécies endémicas e paisagens de beleza excecional. A sua importância vai além das fronteiras administrativas, afirmando-se como um espaço de referência natural, cultural e turística, com projeção tanto a nível nacional como internacional.

Por sua vez, a Reserva Natural da Serra da Malcata, partilhada entre os distritos de Castelo Branco e da Guarda, é um território de referência no domínio da conservação da natureza, historicamente ligado ao esforço de preservação do lince-ibérico, símbolo maior da fauna silvestre ibérica e também presente na heráldica do CTer da GNR de Castelo Branco. A vastidão de matas, vales e cursos de água que a compõem, confere-lhe um estatuto ímpar de refúgio ecológico, essencial para a manutenção do equilíbrio ambiental. O CTer da GNR de Castelo Branco encontra-se, assim, intrinsecamente ligado à missão de salvaguarda deste património natural, exercendo uma presença ativa na vigilância, proteção e valorização das áreas protegidas que se inserem no seu espaço de responsabilidade. Trata-se de um território onde a natureza, a cultura e a proximidade com as populações convergem, reforçando o compromisso da GNR com a defesa intransigente do meio ambiente e a preservação da identidade do interior do país (F34).





Estrutura

O CTer da GNR de Castelo Branco compreende cinco Destacamentos Territoriais e 28 Postos Territoriais, um Destacamento de Trânsito e um Destacamento de Intervenção, além das Secções de Estado-Maior e Pelotão de Apoio e Serviços, que garantem a resposta operacional e preventiva em áreas cruciais, como a investigação criminal, trânsito, proteção ambiental, intervenção e ainda, o reforço das ações de proximidade (F35).



A missão centra-se na preservação da segurança e tranquilidade públicas, assegurando a proteção de pessoas e bens, prevenindo a criminalidade e colaborando estreitamente com as demais entidades civis e forças e serviços de segurança.

A sua área de responsabilidade abrange a quase totalidade do distrito de Castelo Branco, à exceção das freguesias nas cidades de Castelo Branco e Covilhã, que são policiadas de forma partilhada.

Os Destacamentos Territoriais

O **Destacamento Territorial de Castelo Branco**, sediado em Alcains, compreende uma zona de ação de 1396 km², servindo uma população de 18 849 habitantes. É constituí-

do por oito Postos Territoriais, nomeadamente, Castelo Branco, Cebolais, Malpica do Tejo, Vila Velha de Ródão, Alcains, São Vicente da Beira, Tinalhas e Mata.

No panorama desportivo da região, destaca-se a realização de provas de automobilismo em que participam pilotos das camadas mais jovens até às mais veteranas, desde participantes amadores a profissionais de elite.

A prova «Baja de Castelo Branco» realiza-se em meados do mês de março, atraindo uma imensidão de espetadores aficionados pela modalidade.

Ainda neste espetro e abrangendo igualmente os concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, realiza-se, em meados do mês de junho, o rali «Escuderia de Castelo Branco», abrangendo os municípios de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão. Este evento, in-

tegrado no calendário do Campeonato Nacional de Ralis (F36), incorpora pilotos de elevado nível competitivo, bem como numerosos entusiastas do desporto automóvel.

Entre as várias infraestruturas do concelho, destaca-se o Aeródromo Municipal de Castelo Branco, que assume um papel polivalente e estratégico. Para além de acolher escolas de aviação e eventos como o *Beira's AirShow*, funciona como ponto de apoio a operações de proteção civil e de defesa nacional. Na época mais crítica, é a base permanente de meios aéreos de combate a incêndios, nomeadamente aeronaves *Canadair CL-215*, *Fire Boss AT-802F* e helicópteros *Eurocopter AS350 Ecureuil*, garantindo uma resposta rápida e eficiente em situações de emergência.

A riqueza cultural da região estende-se tam-



F36

bém à gastronomia, valorizada em eventos como o *Cheese Festival*, em Alcains, e a Feira dos Sabores em Vila Velha de Ródão. O primeiro destaca a tradição queijeira da região, dando a conhecer diferentes variedades de queijo, resultantes da criação de gado ovino e caprino. Já a Feira dos Sabores oferece uma mostra mais abrangente, combinando vinhos regionais com pratos típicos confeccionados a partir de produtos obtidos através da caça e da pesca.

O **Destacamento Territorial da Covilhã** está sediado na cidade que ladeia e guarda o principal acesso ao maciço central da serra da Estrela — ícone incontornável do panorama paisagístico e natural de Portugal. Situada entre os vales do Zêzere e do rio Mondego, a Covilhã (F37) ergue-se como um ponto de passagem obrigatório para quem deseja explorar a

montanha mais alta de Portugal Continental. O Destacamento Territorial da Covilhã conta com uma área de 616 km² e uma população de 36 000 habitantes. Comporta sete Postos Territoriais, nomeadamente em Belmonte, Caria, Covilhã, Teixoso, Tortosendo, Paul e Unhais da Serra.

Observando o seu tecido social, percebe-se que se trata de um território dinâmico, em constante crescimento, muito devido ao contributo da Universidade da Beira Interior. Esta instituição de ensino superior, que recentemente ultrapassou os 10 000 alunos, veio trazer à cidade uma nova vitalidade, diversidade cultural e impulso económico. A sua influência estende-se para além do âmbito académico, refletindo-se também no desenvolvimento urbano, cultural e empresarial.

Antes de se afirmar como polo de ensino superior, a Covilhã já se destacava pela sua história





F38

ligada à indústria dos lanifícios, tendo consolidado uma das mais importantes tradições têxteis do país. Esta herança mantém-se viva e acessível, particularmente no Museu de Lanifícios, instalado nas antigas fábricas da Real Fábrica de Panos, assim como nos diversos edifícios industriais que foram transformados em espaços culturais e universitários.

Ao longo do ano, a região recebe os seus visitantes atraídos pelos trilhos e lagoas das paisagens naturais e pela estância de esqui. Enquanto no inverno predominam os desportos de neve, na primavera e verão prevalece o turismo de natureza, ou às aldeias de montanha e à gastronomia local. A serra da Estrela alberga um ecossistema único, com fauna, flora e tradições singulares, como a Feira de S. Tiago (F38), que se realiza anualmente, em julho, na Covilhã, sendo um dos mais antigos e emblemáticos certames da região Centro, com

mais de 600 anos de história. Originalmente criada para ser um espaço de troca de produtos agrícolas e bens essenciais, rapidamente se transformou num ponto de encontro entre tradição e inovação. Atualmente, reúne comércio, gastronomia, artesanato, espetáculos musicais e atividades culturais, atraindo dezenas de expositores de várias regiões e oferecendo momentos de lazer para todas as idades.

Para que este evento decorra em segurança e com a ordem pública assegurada, o empenhamento da GNR assume um papel central, com militares visíveis nas operações de controlo de trânsito e constantemente presentes no terreno, para a proteção de pessoas e bens, garantindo assim que todos possam usufruir da Feira de S. Tiago num ambiente de confiança e tranquilidade. É este trabalho dedicado e preventivo que permite que a festa seja vivida em pleno, refletindo não apenas o

dinamismo da cidade, mas também o compromisso da GNR para com a comunidade.

O **Destacamento Territorial do Fundão**, sediado na cidade do Fundão, compreende cinco Postos Territoriais, nomeadamente no Fundão, Alpedrinha, Silvares, Penamacor e Soalhira. Com uma área de atuação de 1325 km² e 32 827 habitantes, o Fundão destaca-se pelo dinamismo e tradição dos seus grandes eventos, cuja dimensão exige operações específicas de policiamento para garantir a segurança de todos os participantes.

A Festa da Cereja, realizada em Alcongoستا, é uma das mais emblemáticas do município, atraindo milhares de visitantes para celebrar a apanha e degustação da cereja, com múltiplas atividades gastronómicas e feiras de produtos locais.

Os Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância, em Alpedrinha (F39). Durante séculos, os rebanhos desciam da serra da Estrela rumo a Idanha-a-Nova no início do outono,

para regressarem à serra na primavera seguinte. O Festival é uma recriação deste ciclo, para homenagear os pastores e a comunidade. Uma tradição pastoril que atrai visitantes com cortejos de pastores, *workshops*, música, feira de raças autóctones e animação rural.

Os Míscaros – Festival do Cogumelo, realizado no outono, tem vindo a crescer de forma significativa, afirmando-se como um dos maiores eventos do Fundão e da região.

Cada evento envolve a mobilização de mais de 100 militares da GNR, distribuídos entre patrulhamento a pé e motorizado, pontos de controlo, equipas de intervenção rápida e apoio logístico. A coordenação com autoridades locais, bombeiros, proteção civil e entidades organizadoras, garante uma abordagem integrada e eficiente à segurança coletiva. As ações desenvolvidas abrangem a prevenção da criminalidade, assistência a pessoas, regulação do trânsito, mitigação de riscos decorrentes da elevada afluência e apoio em situações de emergência.



F39

O **Destacamento Territorial de Idanha-a-Nova**, sediado em Idanha-a-Nova, abrange uma área de 1416 km², com 8356 habitantes, contemplando seis Postos Territoriais, nomeadamente em Idanha, Monsanto, Ladoeiro, Zebreira, Rosmaninhal e Termas de Monfortinho.

O Destacamento Territorial de Idanha destaca-se no CTer da GNR por se inserir no concelho que acolhe o *Boom Festival (F40)*, um evento bienal, realizado desde 1997, que combina música, dança, artes visuais, artes performáticas, *workshops*, gastronomia e terapias alternativas. Organizado pela entidade cultural *Good Mood*, o festival decorre na Herdade da Granja, junto à Barragem Marechal Carmona, em 180 hectares, promovendo valores de sustentabilidade ambiental, união, respeito

mútuo e convivência pacífica. Reconhecido internacionalmente, o festival atrai milhares de visitantes (ca. 38.000), dinamizando o turismo local e colocando desafios significativos ao CTer da GNR de Castelo Branco, que tem a seu cargo o planeamento e a execução de uma Operação Especial de Prevenção Criminal, com o propósito de garantir a segurança dos participantes e da população local.

Os resultados positivos da operação, ao longo das várias edições do festival, são o reflexo do esforço profissional dos militares envolvidos e da conjugação de diversas valências da GNR. Esta operação evidencia a importância do planeamento, da preparação e da presença constante da GNR no terreno, assegurando que o *Boom Festival* decorra de forma segura, organizada e com respeito pela lei, reafirman-





do o compromisso da GNR com a proteção da população e a manutenção da ordem pública na região de Idanha-a-Nova.

Paralelamente, o Destacamento Territorial de Idanha-a-Nova assume um papel estratégico na cooperação policial transfronteiriça com Espanha (F41, F42), ao abrigo do acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, assinado em Évora, em 19 de novembro de 2005, e publicado no Diário da República em 13 de julho de 2007 (Decreto n.º 13/2007). Este acordo, em linha com os tratados de Schengen, visa garantir a livre circulação de pessoas e bens, suprimir progressivamente controlos fronteiriços e reforçar a cooperação na prevenção e repressão de crimes, incluindo o tráfico de droga, imigração ilegal e contrabando.

O Destacamento de Idanha-a-Nova realiza mensalmente estas operações em locais como nas Termas de Monfortinho, em Salvaterra do Extremo e em Segura, incluindo ações em território espanhol, integrando diversas valências da GNR — Ambiental, Intervenção, Investigação Criminal, Trânsito e Territorial —, para otimizar a prevenção e repressão da criminalidade transfronteiriça.

A atuação da GNR em Idanha-a-Nova demonstra, assim, a sua capacidade de resposta, tanto em grandes eventos internacionais, como no quotidiano da vigilância da fronteira. Este duplo papel reforça a confiança das populações, garante a segurança coletiva e projeta a cooperação entre Portugal e Espanha como exemplo de eficiência e solidariedade no espaço europeu.



F42

O **Destacamento Territorial da Sertã**, com sede na vila da Sertã, abrange a antiga região do Pinhal Interior Sul, com 1504 km² de extensão e cerca de 30 124 habitantes, numa área fortemente ligada à floresta e à produção local de madeira, presunto, enchidos, queijo e mel. O Destacamento integra cinco Postos Territoriais, nomeadamente o da Sertã, Cernache do Bonjardim, Vila de Rei, Proença-a-Nova e o de Oleiros.

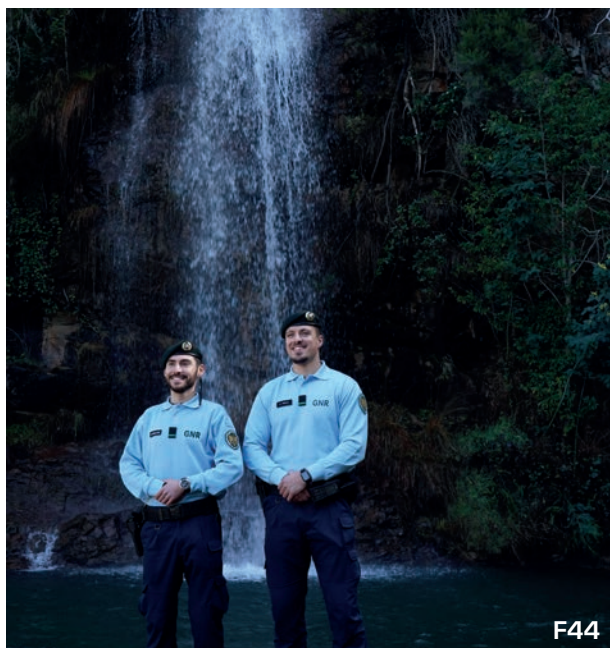
A paisagem é marcada pelos extensos pinhais, zonas serranas e abundância de recursos hídricos, como rios e ribeiras, que criam condições privilegiadas para o desenvolvimento do turismo fluvial e da natureza, um setor que tem ganho crescente relevância na região.

A diversidade territorial que vai desde áreas isoladas até zonas urbanas mais densamente povoadas, impõe à GNR múltiplos desafios

operacionais. Entre eles, destaca-se a problemática da *interface* urbano-florestal (IUF), onde a proximidade entre construções, infraestruturas e áreas florestais (F43) aumenta a vulnerabilidade a incêndios, potenciando riscos elevados e consequências graves para pessoas e bens, nas proximidades de zonas habitacionais.



F43



É uma zona onde predominam o pinheiro-bravo e o eucalipto, altamente combustíveis devido às características do solo, quando aliado às condições climáticas extremas. Esta realidade exige da GNR uma resposta constante e adaptada.

Desde 2003, com a criação da Equipa Náutica e de Mergulho Ambiental e, posteriormente, com a integração dos guardas-florestais e a formação do Núcleo de Proteção Ambiental (NPA), integrado no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), a GNR tem reforçado a sua capacidade de vigilância, fiscalização e investigação em matéria de proteção da floresta e do ambiente. Atualmente, a Sertã coordena oito postos de vigia (F45), guarnecidos por 32 vigilantes florestais, assegurando um dispositivo de prevenção essencial.

Entre 1990 e 2020, a região foi severamente afetada por grandes incêndios que devastaram mais de 129.000 hectares. Para mitigar este risco, a GNR aposta num patrulhamento intensivo (F46, F47), fiscalização de atividades rurais e campanhas de sensibilização. Já em 2025, foram realizadas 557 ações de patrulhamento, percorrendo mais de 51.000 km,





com identificação de 657 situações de incumprimento na gestão de combustível florestal. A proteção da floresta constitui uma missão complexa e contínua, em que a atuação da GNR assume um caráter decisivo, através da sua presença, ação preventiva e capacidade de resposta, garantindo a salvaguarda deste património natural e a segurança das comunidades que dele dependem.



O **Destacamento de Intervenção de Castelo Branco** é uma Unidade especializada da GNR, responsável por operações que exigem maior rapidez, capacidade de manobra e recursos táticos diferenciados. Com uma área de ação centrada no distrito de Castelo Branco, esta Subunidade atua em apoio aos Destacamentos Territoriais, garantindo a segurança pública em situações de risco elevado ou complexidade operacional.



Entre as suas principais atribuições estão o patrulhamento em áreas de maior vulnerabilidade (F48), o reforço em operações de prevenção e repressão criminal, o apoio a ações de manutenção da ordem pública em grandes concentrações de pessoas, bem como a intervenção em cenários de emergência e catástrofes, como incêndios ou acidentes de grande escala. O Destacamento de Intervenção conta com militares altamente especializados, sendo a sua atuação complementada por coordenação estreita com outras valências da GNR. Além da componente operacional, os militares do Destacamento de Intervenção participam regularmente em exercícios e formações, para manter o elevado nível de prontidão e capacidade de resposta, consolidando a sua importância estratégica na manutenção da



segurança e da ordem pública no distrito de Castelo Branco.

O Destacamento incorpora ainda a Secção Cínica (F50), dotada de binómios especializados em diferentes áreas de emprego, como a deteção de droga, armas e papel moeda, bem



como na segurança, intervenção e busca de pessoas.

Estes meios acrescentam uma valência diferenciadora ao CTer da GNR, cuja área de atuação se constitui como a quarta maior de Portugal. Para além do policiamento de proximidade reforçado em contextos urbanos e rurais, destaca-se pela participação em operações em estreita cooperação com outras forças e serviços de segurança.

O **Destacamento de Trânsito** do distrito de Castelo Branco encontra-se inserido numa vasta malha viária que cruza zonas urbanas, rurais e industriais, enfrentando desafios constantes à fiscalização e prevenção rodoviária. Neste contexto, o Destacamento de Trânsito assume um papel de relevância estratégica na promoção da segurança rodoviária, na prevenção da sinistralidade, no combate



à criminalidade e na fiscalização, atuando de forma permanente no patrulhamento dos principais eixos rodoviários, assegurando assim que o cumprimento da legislação rodoviária não seja apenas uma obrigação legal, mas, sobretudo, uma salvaguarda de vidas.

As ações de sensibilização e fiscalização como o controlo de velocidade, o uso obrigatório do cinto de segurança, a deteção de álcool nos condutores e a fiscalização da utilização do telemóvel durante a condução, constituem práticas regulares que têm contribuído para a redução da sinistralidade.

No que se refere ao transporte rodoviário de mercadorias (F51), este assume particular relevância em Castelo Branco. O controlo rigoroso dos veículos pesados, quanto ao peso, dimensões e tempos de condução e repouso, é fundamental para a proteção de todos os utentes

da estrada e para garantir uma concorrência justa no setor do transporte rodoviário.

A Autoestrada da Beira Interior (A23), com ligações à A1 e A25, e ao Itinerário Complementar (IC) 8, que conecta o litoral ao interior, representam dois dos eixos viários mais relevantes da região Centro.

São corredores transeuropeus de grande relevância estratégica, que asseguram a ligação direta à fronteira com Espanha e funcionam como rotas fundamentais para o tráfego nacional e internacional de mercadorias. Nessas vias, o policiamento regular e planeado pela GNR assume um papel determinante, com especial enfoque na prevenção da sinistralidade rodoviária.

A presença constante dos militares garante não apenas a redução de acidentes e a proteção de vidas humanas, como também promo-

PELA LEI E PELA GREI

ve uma condução mais segura e responsável. Em simultâneo, permite manter a fluidez do trânsito e reforçar o combate a ilícitos criminais e contraordenacionais, consolidando a segurança global destes eixos viários.

A serra da Gardunha é um dos pontos mais altos presentes no distrito de Castelo Branco, sendo atravessada pelo 2.º maior túnel rodoviário (F52) existente em Portugal. Dada a sua importância, esta infraestrutura é considerada crítica, atendendo às consequências que poderão surgir da ocorrência de incidentes que comprometam a fluidez rodoviária ou da interrupção daquela via de comunicação.

Por conseguinte, torna-se relevante a preservação deste local que tem impacto no fluxo rodoviário português e europeu. Associada à fragilidade que a infraestrutura apresenta,



F53

está a gravidade dos acidentes que poderão acontecer naquele local. Além dos constrangimentos que a sinistralidade implica naquela zona, verificamos que os acidentes que ocorrem no túnel apresentam uma suscetibilidade elevada de se materializarem em sinistralidade rodoviária grave, com consequências e danos muito significativos, tanto para a estrutura como para os intervenientes no acidente. A ação diária do Destacamento de Trânsito contribui para a proteção da vida e para a manutenção da ordem nas estradas, refletindo o compromisso da GNR com a segurança de todos os cidadãos (F53).

Especializações

As **Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário** (SPCPC) da GNR,



presentes no Comando Territorial de Castelo Branco, em todos os Destacamentos Territoriais, representam uma vertente essencial da atividade policial, orientada para a proximidade com as populações e para a prevenção de fenómenos criminais e sociais que afetam em particular, os grupos mais vulneráveis.

A missão destas secções centra-se na construção de uma relação de confiança entre a nossa Instituição e a comunidade, promovendo

do um policiamento mais humano, preventivo e inclusivo. Através destas secções, a GNR assegura não apenas a presença no terreno, mas também a capacidade de identificar riscos, antecipar ameaças e apoiar cidadãos em situações de fragilidade.

No âmbito das SPCPC, são desenvolvidos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade que visam dar resposta a diferentes realidades sociais. Entre eles, destacam-se o programa Idosos em Segurança, direcionado para a proteção de cidadãos seniores isolados ou em situação de maior vulnerabilidade (F54), a Escola Segura (F55), que promove um ambiente de confiança e segurança junto da comunidade escolar, o Comércio Seguro, dedicado à proteção dos agentes económicos locais, e a Residência Segura, que procura prevenir situações de furto e intrusão em habitações.





A importância destas secções reside na sua capacidade de atuar não apenas de forma repressiva, mas, sobretudo, preventiva e pedagógica. As SPCPC reforçam a coesão social e contribuem para uma maior perceção de segurança, aproximando os cidadãos da instituição e incentivando a participação ativa da sociedade civil na proteção coletiva.

Num território cada vez mais marcado pela diversidade demográfica, social e geográfica, estas secções constituem um instrumento fundamental para a concretização de uma cultura de segurança partilhada, que combina o profissionalismo da GNR com o envolvimento das comunidades locais.

No distrito de Castelo Branco, a proteção da população idosa é uma prioridade. Atualmente, encontram-se registadas 2 283 pessoas consideradas vulneráveis, das quais 1 911

vivem sozinhas e 660 em situação de isolamento (F56). Estes números refletem a realidade demográfica do território e sublinham a importância do trabalho de proximidade desenvolvido pela GNR. Assim, as SPCPC são muito mais do que uma resposta operacional: representam o compromisso diário da GNR estar próxima das pessoas, proteger os mais frágeis e promover a confiança que sustenta a segurança pública em Portugal.

De destacar o programa *e-Guard*, um sistema de teleassistência desenvolvido pela GNR, destinado a proteger pessoas idosas e vulneráveis, especialmente aquelas que vivem sozinhas ou isoladas. Consiste num dispositivo eletrónico que permite uma ligação direta e permanente com a GNR, 24 horas por dia, 7 dias por semana, atuando como uma linha de apoio contínua.

O dispositivo inclui um botão de socorro SOS que, quando pressionado, dispara um alarme na sala de operações da GNR. A localização da pessoa é transmitida através de georreferenciação, permitindo uma resposta rápida e eficiente. O militar de serviço pode contactar o utente ou enviar uma patrulha, se necessário, atuando como uma presença de segurança e acompanhamento, especialmente útil em situações como doença súbita, burla, desorientação ou incêndios próximos.

No distrito de Castelo Branco, o sistema foi estendido através de um protocolo com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIM-BB) e com o município do Fundão. É operado a partir da sala de situação da GNR em Castelo Branco e gere o acompanhamento de idosos que vivem sós, isolados ou em situação de vulnerabilidade.

Os **Núcleos de Proteção Ambiental (NPA)**, no distrito de Castelo Branco, desempenham um papel essencial na preservação dos recursos naturais e na prevenção de ilícitos que ameaçam a floresta, a fauna, a flora e os recursos hídricos. A sua atuação cobre uma vasta área do território, com especial atenção às zonas florestais mais vulneráveis a incêndios, às áreas de caça e pesca e aos cursos de água, incluindo rios e albufeiras.

No âmbito da prevenção a incêndios rurais, o NPA desempenha uma missão central na fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade legal de gestão de combustíveis. Para além da vigilância e das ações de fiscalização, efetua patrulhamentos diários direcionados para as zonas de maior risco e intervém sempre que



se verifiquem situações de perigo iminente. A sua ação articula-se ainda com a gestão de 19 postos de vigia distribuídos pelo distrito, cuja atividade permanente constitui um instrumento essencial de deteção precoce de ignições e de proteção da vasta área florestal que caracteriza a região.

Os NPA também garantem o controlo da caça e da pesca na região, fiscalizando o cumprimento das épocas, quotas e locais permitidos, prevenindo práticas ilegais que possam colocar em risco as espécies autóctones e o equilíbrio dos ecossistemas locais. Complementarmente desenvolve patrulhas fluviais e marítimas em rios, albufeiras e zonas de represas, monitorizando a qualidade da água e prevenindo descargas ilegais ou o uso indevido dos recursos hídricos (F57).

O núcleo articula-se com outras valências da GNR, como o patrulhamento territorial e o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), garantindo uma atuação integrada em operações de fiscalização, prevenção criminal e proteção ambiental. Além da verten-



te repressiva, realiza ações de sensibilização junto de proprietários rurais, associações de caçadores e pescadores, promovendo comportamentos responsáveis e a proteção ativa do património natural.

No distrito de Castelo Branco, o NPA está presente em todos os Destacamentos Territoriais e constitui uma força estratégica na segurança ambiental, assegurando a vigilância constante de áreas sensíveis, prevenindo riscos e apoiando operações em situações críticas, contribuindo diretamente para a preservação da biodiversidade e da proteção das populações (F58).

Na fiscalização do ato venatório, o NPA incide as suas ações de fiscalização em quatro eixos principais, nomeadamente na Fiscalização dos Terrenos não Ordenados, nas Reservas de Caça e dos terrenos em redor das mesmas,

no sentido de verificar a sua correta sinalização, no controlo da colocação de armadilhas para captura de predadores, para verificar que são respeitadas as determinações legais em vigor, e no uso de canídeos de deteção de venenos, a fim de verificar que não são usados iscos envenenados para a eliminação de predadores de caça menor.

A **Investigação Criminal** no distrito de Castelo Branco distingue-se pela sua diversidade geográfica, que se estende desde as vastas planícies às imponentes serranias, aliada a uma extensa fronteira com a Espanha.

Neste cenário, a valência de Investigação Criminal do CTer da GNR de Castelo Branco atua de forma preventiva e reativa, respondendo com eficiência aos fenómenos criminais que diariamente se apresentam.

Esta atuação assenta numa presença constante e numa coordenação articulada, liderada pela Secção de Informações e Investigação Criminal (SIIC), estrutura de Estado-Maior do Comando que concentra meios especializados e centralizados. Entre os seus recursos destacam-se o Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), dedicado a prestar resposta a vítimas em situações de vulnerabilidade especial, e o Núcleo de Investigação Criminal de Acidentes de Viação (NICAV), especializado na análise e investigação da sinistralidade rodoviária.

No terreno, a proximidade e a capacidade de resposta imediata são garantidas pelos Núcleos de Investigação Criminal (NIC), localizados nos cinco Destacamentos Territoriais do Comando (F59). Estes núcleos beneficiam do suporte contínuo nas várias fases de uma

investigação, desde o momento inicial, com a análise à cena de crime e recolha de prova, até à análise e correlação de eventos, antecipação de fenómenos e acompanhamento de tendências criminais.

Relativamente aos órgãos de apoio, destacam-se o Núcleo de Análise de Informações e Informação Criminal (NAIIC), que é responsável por correlacionar eventos, identificar padrões e antecipar movimentos criminais através de métodos de aquisição, análise e integração de informação criminal, e o Núcleo de Apoio Operativo (NAO), que auxilia através da execução de acompanhamentos, seguimentos e vigilâncias, de forma ativa e discreta, sobre locais, bens ou pessoas com interesse à investigação em desenvolvimento.

A Subsecção de Criminalística (SSC) é responsável, em especial, pelo processo da recolha



F59



até à perícia de vestígios, garantindo a cadeia de custódia da prova.

Esta intervenção é garantida pela ação diferenciada em regime de complementaridade pelos órgãos que a compõem: o Núcleo de Apoio Técnico (NAT), responsável pela realização de inspeções técnicas judiciais no local do crime, o Núcleo Técnico Pericial (NTP) que realiza inspeções técnicas judiciais no local do crime, quando é necessário o recurso a técnicas ou aplicação de reagentes especiais, dispondo posteriormente de uma zona laboratorial equipada para o tratamento e revelação de vestígios, e ainda, o Núcleo Digital Forense (NDF) (F60), que representa uma valiosa mais-valia para o distrito de Castelo Branco, constituindo uma estrutura singular que não se encontra em todos os distritos do país.

Especializado na recolha, preservação e análise de prova digital armazenada em diversos

dispositivos, como computadores, telemóveis, *tablets*, *pen drives* e cartões de memória, o NDF assegura que todo o processamento de dados cumpre rigorosamente a legislação vigente, garantindo a validade probatória das informações em tribunal e reforçando a capacidade investigativa e de resposta do CTer da GNR de Castelo Branco.

Desde o início da sua atividade, em janeiro de 2020, e contando inicialmente com apenas um perito, o NDF de Castelo Branco tem respondido não apenas às solicitações internas da Unidade, mas também a pedidos de Autoridades Judiciais e de outras Unidades da GNR. No âmbito de 139 processos criminais, maioritariamente envolvendo crimes como violência doméstica, tráfico de estupefacientes, furto, roubo e burla, o núcleo produziu 470 relatórios de exame. Estes documentos têm-se revelado frequentemente determi-

nantes na orientação estratégica das investigações, na sustentação das acusações pelo Ministério Público e, em muitos casos, na condenação dos arguidos, contribuindo decisivamente para a definição das penas aplicadas. Mantendo o compromisso de atuar com rigor técnico-científico, eficiência operacional e total respeito pelas normas legais, a Investigação Criminal do CTer da GNR de Castelo Branco assegura que cada vestígio recolhido, cada prova analisada e cada investigação conduzida contribua para a verdade material dos factos e para a realização da justiça.

Secção Sanitária

No CTer da GNR de Castelo Branco, a vertente da saúde é assegurada pela Secção Sanitária que constitui um apoio fundamental ao bem-estar e à prontidão dos militares. Entre as suas valências, destaca-se a presença de uma médica afeta ao Comando, disponível para atender os militares que necessitem de acompanhamento clínico, mediante marca-

ção, prestando assim cuidados direccionados às situações concretas que vão surgindo.

Um dos momentos em que a atuação desta Secção ganha particular relevância é durante os treinos e provas de tiro, em que existe sempre o risco de ocorrência de incidentes. Nessas ocasiões, os militares da área sanitária, com formação em primeiros socorros e munidos dos meios adequados, garantem uma resposta imediata, assegurando a estabilização e assistência rápida em caso de necessidade.

Para além desta intervenção direta, a Secção Sanitária promove ainda ações no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, acompanhando o dia a dia dos efetivos e minimizando riscos associados ao exercício das suas funções. Paralelamente, assegura acompanhamento próximo aos militares e respetivas famílias, através do Serviço de Assistência na Doença (SAD), reforçando a coesão e o espírito de entreajuda dentro da instituição.

No seu conjunto, estas estruturas consolidam



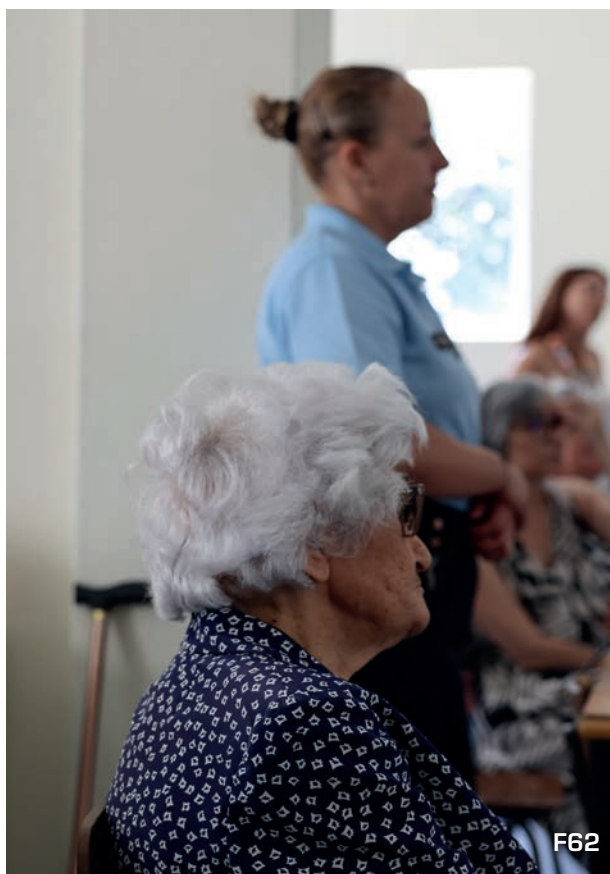
F61

a capacidade de resposta do CTer da GNR de Castelo Branco, garantindo não apenas a segurança da população, mas também a proteção e valorização dos próprios homens e mulheres que servem na GNR.

Atividade Operacional

A evolução da criminalidade no distrito de Castelo Branco e na área de responsabilidade do CTer da GNR revela uma tendência comum: crescimento contínuo até 2023, ligeira redução em 2024 e manutenção de níveis elevados em 2025.

Apesar da recente estabilização, os números continuam a refletir um desafio relevante para a segurança pública e para o sentimento de tranquilidade das populações. Neste cenário, a aposta em estratégias preventivas, no policiamento de proximidade e na cooperação



F62



F63

entre instituições, assume um papel determinante para consolidar a descida registada e transformá-la numa trajetória sustentável de diminuição da criminalidade e de reforço da confiança da comunidade na GNR.

A sinistralidade rodoviária continua a ser um dos grandes desafios de segurança no distrito de Castelo Branco. Em 2024, registaram-se 1 887 acidentes, dos quais resultaram 11 vítimas mortais. Já em 2025, ocorreram 1 317 acidentes, com cinco vítimas mortais, números que, embora indiquem uma ligeira redução na gravidade, mantêm a preocupação na dimensão do problema.

Para enfrentar este cenário, o CTer da GNR de Castelo Branco dispõe de um efetivo de 13 oficiais, 54 sargentos e 594 guardas, apoiados ainda por 36 elementos entre guardas-florestais e funcionários civis. Este

quadro de recursos humanos assegura diariamente o policiamento, a prevenção rodoviária e a resposta operacional em todo o distrito. A conjugação do esforço humano com ações de fiscalização, prevenção e sensibilização é fundamental para reduzir a sinistralidade e reforçar a segurança rodoviária, contribuindo para a preservação de vidas e para a tranquilidade das populações.

Eventos Anuais no CTer da GNR de Castelo Branco

Dia do CTer da GNR de Castelo Branco

O Dia da Unidade é a data dedicada à comemoração histórica de cada Unidade, correspondendo à sua criação ou da Unidade da qual é herdeira. Este dia festivo assinala acontecimentos relevantes da história da Unidade,

presta homenagem às figuras e atividades que a prestigiaram e recorda todos aqueles que nela servem e serviram, honrando o legado dos predecessores da GNR.

No CTer da GNR de Castelo Branco, o Dia da Unidade é celebrado a 27 de março, data em que, na edição mais recente, as comemorações se realizaram na cidade de Castelo Branco. A cerimónia principal incluiu uma parada militar, que contou com a presença do Exmo. comandante-geral da GNR, tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso, e da ministra da Administração Interna, Prof.ª Dr.ª Margarida Blasco (F64), bem como uma exposição e demonstração de meios no Parque Urbano Cruz do Montalvão.

O CTer da GNR de Castelo Branco foi distinguido com uma das mais altas honras atribuídas pela GNR: a Medalha de Serviços Distintos de



F64



Segurança Pública, grau Ouro, a ser imposta no seu Estandarte Nacional (F65).

Esta condecoração traduz o reconhecimento pelo serviço público de excelência prestado pelos militares e civis que integram o Comando, cujo trabalho diário tem sido marcado pelo espírito de missão, dedicação e competência. O mérito e a relevância das ações desenvolvidas distinguem-se pela sua importância extraordinária para a segurança pública, projetando honra e prestígio não só para a GNR, mas também para Portugal.

Paralelamente foi também atribuído o reconhecimento individual, através da Medalha D. Nuno Álvares Pereira – Mérito da Guarda Nacional Republicana, 2.ª Classe, ao tenente-coronel D. Rafael Roldán Parra, comandante do Comando de Cáceres da *Guardia Civil* espanhola. Esta distinção sublinha a sua elevada competência técnico-profissional, o desempenho excecional e as qualidades pessoais que contribuíram de forma significativa para o prestígio e cumprimento da missão da GNR e da cooperação transfronteiriça.

O programa das comemorações integrou ainda um torneio de futebol entre militares do Comando, um torneio de tiro com a participação de outras Unidades da GNR, um concer-

to da Banda Sinfónica no Cineteatro Avenida e uma cerimónia religiosa na Sé Catedral de Castelo Branco, presidida pelo capelão José Carlos Santos Bento. Neste momento solene, foi também realizada a bênção das novas viaturas atribuídas ao CTer, simbolizando o reforço das suas capacidades operacionais (F66).



Dia do Sargento e Dia da Mulher

Anualmente, no dia 31 de janeiro, o CTer da GNR de Castelo Branco celebra o Dia do Sargento, uma data dedicada a todos os sargentos no serviço ativo, na reserva e na reforma. A efeméride constitui uma oportunidade para homenagear o empenho, a dedicação e o profissionalismo destes militares, reconhecendo





o papel determinante que desempenham na GNR.

A celebração integra um momento desportivo, que reforça o espírito de camaradagem, seguido de um almoço-convívio, promovendo a partilha de experiências e o fortalecimento dos laços entre os sargentos, numa ocasião

que valoriza a tradição, a dedicação e a memória de todos os que serviram e continuam a servir a Instituição.

O CTer da GNR de Castelo Branco celebra ainda o Dia da Mulher (F67), convidando todas as militares e colaboradoras do Comando a participarem nesta efeméride especial. A iniciativa pretende homenagear a dedicação, o profissionalismo e a contribuição de cada mulher para a GNR, reconhecendo o papel determinante que desempenham na instituição.

A celebração inclui momentos de convívio, atividades culturais e de bem-estar, promovendo a interação, a partilha de experiências e o fortalecimento dos laços entre todas as participantes. Esta data simboliza não apenas a valorização das mulheres na GNR, mas também o reconhecimento da sua importância na história, tradição e missão da GNR.

Dia da Família dos Serviços Sociais da GNR

O Dia dos Serviços Sociais (F69, F70) – Atividades em Família é uma iniciativa lúdico-cultural que procura partilhar, com todos os beneficiá-





rios, diferentes momentos de lazer e descontração e, por conseguinte, promover o convívio e a camaradagem dos participantes num dia diferente e com a oferta diversificada de modalidades recreativas.

O evento é organizado pelos Serviços Sociais no CTer da GNR de Castelo Branco, desde 2019, com o apoio dos militares do CTer da

GNR de Castelo Branco, nomeados para o efeito.

Encontro de Militares na Situação de Reserva e Reforma

No CTer da GNR de Castelo Branco, os militares na situação de reserva e reforma (F71) representam um pilar essencial da identidade e da memória coletiva da instituição. O acompanhamento destes militares é assumido com responsabilidade e profundo respeito, para que se sintam valorizados e integrados através de iniciativas que promovem o contacto, o apoio social e o reconhecimento do seu contributo.

As experiências, as memórias e a camaradagem que partilham são a base da história deste Comando e mantêm vivo o espírito de missão que caracteriza a GNR. Os encontros realizados constituem momentos de celebração e reencontro, reforçando laços de amiza-



de e solidariedade que perduram no tempo. Assim, os reservistas e reformados permanecem parte ativa da família da GNR, sustentando a união, a continuidade e a força desta Instituição ao serviço da comunidade e do país.

Formação, a Base do Profissionalismo e da Excelência na GNR

Na atualidade, procura-se uma administração pública menos pesada, menos consumidora de recursos e mais eficiente. Num contexto competitivo como o atual, a inovação, a qualificação dos recursos humanos e as novas tecnologias levam a que conceitos como eficácia, eficiência e a qualidade se assumam como primordiais na sobrevivência das Instituições e do Estado.

A formação dos efetivos assume assim uma

importância vital no aperfeiçoamento e na atualização dos conhecimentos e das competências em áreas diferentes entre elas, mas que partilham o objetivo comum de alcançar um desempenho profissional de excelência. Considerando que o serviço prestado pela GNR é garantido pelo seu capital humano, torna-se evidente e de primordial importância a aquisição e manutenção de competências específicas para o desempenho da função policial.

Neste intuito, a GNR implementou a Formação Contínua de Atualização e Aperfeiçoamento (FCAA) destinada a desenvolver e melhorar as competências funcionais dos militares que servem a GNR, através de um processo de melhoria contínua, no âmbito da instrução complementar e do treino (F72), na prossecu-



F72

PELA LEI E PELA GREI

ção do interesse público.

Desta forma, o CTer da GNR de Castelo Branco, em conformidade com as normas estabelecidas, proporciona aos militares cinco dias de formação teórica e prática por mês.

Durante este período, os formandos são instruídos em diversos temas, promovendo uma capacitação abrangente e consolidada que se reflete na excelência do desempenho do serviço operacional exigido.

Desafios

Com raízes profundas no passado e os olhos postos no futuro, o CTer da GNR de Castelo Branco afirma-se como uma força indispensável à segurança e ao bem-estar da população, desempenhando uma missão que



consolida tradição e modernidade, proximidade e eficiência.

Do combate à criminalidade à proteção do património natural, da gestão da segurança rodoviária ao apoio em grandes eventos, passando pelo empenho constante na cooperação transfronteiriça, cada militar contribui diariamente para que a região seja um território mais seguro, coeso e protegido. O trabalho desenvolvido reflete não apenas a competência técnica e operacional, mas também a dedicação e o espírito de serviço público que distinguem a GNR.

Em Castelo Branco, a GNR não é apenas uma Instituição de segurança. É um pilar de confiança e de estabilidade, sempre firme, segura e forte, ao lado dos cidadãos.



I - 1

Brasão de Armas

O CTER da GNR de Castelo Branco (I-1) passou a ostentar armas heráldicas próprias, numa simbologia completa que traduz a identidade, a missão e os valores da GNR, cuja riqueza se revela em cada peça do brasão e na sua simbologia.

- A PRATA, representando um castelo, alude à cidade de Castelo Branco, pela correspondência do metal prata à cor branca.

- O CHEFE BASTILHADO DE NEGRO representa, por contraste com a prata, as ameias do Castelo.

- AS BILHETAS do escudo representam duas frestas do castelo, locais de permanente vigilância, e aludem à inicial 2.ª Companhia do Batalhão N.º 4 da GNR, prevista com Comando na cidade de Castelo Branco, pelo decreto com força de lei de 3 de maio de 1911.

- A REIXA LEVADIÇA com suas correntes, que

retrata uma porta deslizada de ferro que protegia o acesso ao interior dos castelos, simboliza a guarda e segurança de Castelo Branco e das suas populações.

- O LINCE IBÉRICO, felino característico da serra da Malcata e animal querido pelas populações e protegido pela lei, simboliza os militares deste Comando, em permanente vigilância no cumprimento da missão.

- A DIVISA «FIRME, SEGURA E FORTE» exprime as características da cidade e das suas gentes e define os objetivos deste CTER.

O que os esmaltes significam:

- A PRATA: pureza e humildade.

- O VERMELHO: resolução, segurança e proteção.

- O NEGRO: firmeza, discricção, prudência e vigilância. Aludem à inicial 2.ª Companhia do Batalhão N.º 4, da GNR.

Segurança Rodoviária e Mobilidade em Portugal.

Pelo tenente-coronel de Inf.^a Pedro Barrete, major de Inf.^a Pedro Valente, major de Cav.^a António Maio e major de Inf.^a Mário Abreu.

Introdução

A sinistralidade rodoviária mantém-se como prioridade de saúde pública e de segurança interna, tanto pela magnitude do trauma humano, como pelo impacto económico e social que acarreta. As estimativas internacionais mais recentes apontam para aproximadamente 1,19 milhões de mortes anuais e dezenas de milhões de feridos, com particular incidência nos utilizadores vulneráveis, designadamente peões, ciclistas e motociclistas, quadro que, apesar dos progressos alcançados, permanece distante das metas internacionais e europeias fixadas para 2030 e 2050 (Sudhakaran *et al.*, 2025).

No plano estratégico, o paradigma do Sistema Seguro — que preconiza a conceção de um sistema rodoviário que tem por base o princípio de que os erros humanos não devem resultar em mortes ou feridos graves — consolidou-se como referência internacional. A literatura mais recente, todavia, evidencia que a sua implementação tem sido, com frequência, incompleta, o que se traduz na diluição entre os vários subsistemas e numa focalização, sobretudo, no subsistema «Homem» (comportamento), em detrimento de intervenções estruturais como da infraestrutura e da gestão da velocidade (Job, Truong & Sakashita, 2022).

Em Portugal, regista-se alguma evolução no

alinhamento com este paradigma, mormente na normalização técnica das vias, principalmente as urbanas, tornando-as mais autoexplicativas e tolerantes ao erro (Vieira Gomes, Roque, Cardoso & Lemonde de Macedo, s.d.; Laboratório Nacional de Engenharia Civil [LNEC], 2013).

Não obstante, tais medidas produzem efeitos, sobretudo, a médio e longo prazo, e exigem um investimento avultado, algo desajustado à realidade nacional. Importa, por isso, questionar se já foram esgotadas todas as medidas no domínio da disciplina e da fiscalização de comportamentos, área que, no contexto nacional, aparenta evidenciar sinais de degradação. Trata-se, ademais, de medidas de rápida adoção e de menor exigência de recursos financeiros. Neste contexto, a GNR deve reafirmar-se como ator operacional central na execução dessas medidas, reforçando e robustecendo os seus vetores de sensibilização, fiscalização e de policiamento de visibilidade para uma mobilidade mais segura.

A Segurança Rodoviária em Portugal

Desde o final da década de 90, iniciou-se em Portugal um conjunto de políticas públicas de combate à sinistralidade rodoviária.

Entre os anos de 1998 e 2000, foram sendo introduzidos os Planos Integrados de Segurança Rodoviária (PISR), de carácter anual, e

de 2003 a 2010, o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (PNPR), no entanto, no que diz respeito aos PISR, a falta de metas e objetivos estratégicos definidos, bem como a inexistência de medidas de avaliação, torna difícil avaliar o seu grau de eficiência. Da mesma forma, o PNPR não tinha definido um plano de ações, prazos de concretização, nem orçamento, o que resultou numa taxa de execução extremamente baixa (Resolução do Conselho de Ministros - RCM, n.º 85/2017 de 19 de junho).

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR) 2008-2015

Na sequência das experiências anteriores, é criada a ENSR 2008-2015, que foi aprovada pela RCM n.º 54/2009 de 26 de junho, e que «procurou ter uma perspetiva colaborativa, endossando para os especialistas setoriais a responsabilidade de desenvolver o seu próprio plano de ação, a partir de metas (quantitativas e qualitativas) e objetivos (estratégicos e operacionais)» (RCM n.º 85/2017 de 19 de junho, p. 3058).

Tendo em conta os elevados níveis de sinistralidade rodoviária e elevado número de mortos, «[...] foi decidido encarar o problema como um desafio nacional...» (Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2009, p. 4162), sendo então encomendado um estudo ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), o qual «[...] destacou a necessidade de serem estabelecidos objetivos claros, mensuráveis, orçamentados e auditados externamente, com uma estrutura de coordenação forte e com elevado envolvimento político ao mais alto nível do Governo e do Estado» (Reso-

lução do Conselho de Ministros n.º 54/2009, p. 4162), sendo identificados os seguintes fatores prioritários e segmentos críticos:

«A acalmia do tráfego, através de controlo de velocidade;

O controlo da condução sob o efeito do álcool e de substâncias psicotrópicas;

A formação, as condições de acesso ao título de condução e a avaliação dos condutores;

A formação e a educação para a segurança do ambiente rodoviário;

O socorro às vítimas (especialmente ao nível da prontidão e do estabelecimento de uma rede especializada de estruturas hospitalares);

A auditoria das vias (particularmente nas estradas nacionais e municipais) e inspeção da sinalização;

A fiscalização da segurança do parque automóvel» (Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2009, p.4162).

Esta estratégia tinha como objetivo colocar Portugal entre os 10 países da União Europeia (UE) com menos mortos resultantes de acidentes rodoviários e para se cumprir esse desiderato, foram definidos 10 objetivos estratégicos, designadamente: condutores de veículos de duas rodas a motor; condutores de automóveis ligeiros; peões; circulação nas localidades; condução sob o efeito do álcool e substâncias psicotrópicas; velocidade; dispositivos de segurança; socorro às vítimas; e infraestruturas. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2009)

Feito o balanço da ENSR, verificou-se que a evolução da sinistralidade rodoviária em Portugal foi positiva, tendo-se superado a meta

estabelecida que era de 62 mortos por milhão de habitantes no final de 2015. Na realidade, registaram-se 60 mortos por milhão de habitantes, no entanto, não foi alcançado o objetivo de colocar Portugal entre os 10 países da UE com melhor desempenho (RCM n.º 85/2017 de 19 de junho).

Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária (PENSE) 2020

Terminado o período de vigência da ENSR, através da RCM n.º 85/2017 de 19 de junho, foi aprovado o PENSE 2020, que apresentou como principais preocupações: aprofundar o conhecimento sobre o sistema de transporte rodoviário; melhorar a legislação, a sua aplicação e fiscalização; aprofundar o conhecimento sobre os custos da sinistralidade rodoviária e otimizar o financiamento da segurança rodoviária; melhorar as estratégias de comunicação; promover a segurança dos utilizadores; avaliar as condições de segurança e promover a melhoria da rede viária; promover a melhoria das condições de segurança do parque automóvel; e melhorar o socorro, a assistência e o apoio às vítimas e aos seus cuidadores, com o intuito de os indicadores nacionais irem ao encontro dos obtidos pelos países da UE mais evoluídos nesta matéria.

De uma forma mais objetiva, o PENSE 2020 estabeleceu como metas, a redução percentual de mortos vítimas de acidentes rodoviários, superior às metas estabelecidas pela Comissão Europeia para o período 2011-2020, e a redução de feridos graves superior à verificada entre 2010 e 2014.

Para a prossecução destas metas e como

linhas orientadoras deste plano, foram definidos cinco objetivos estratégicos, nomeadamente: «Melhorar a gestão da segurança rodoviária, tornar os utilizadores mais seguros, tornar as infraestruturas mais seguras, promover maior segurança dos veículos e melhorar a assistência e o apoio às vítimas» (RCM n.º 85/2017, p. 3055).

A partir destes fins estratégicos e de modo a que os mesmos fossem atingidos, foram definidos 13 objetivos operacionais, tendo ainda sido prevista a construção de indicadores compósitos, para que fosse possível «Monitorizar, a todo o tempo, os desvios verificados na execução das ações em relação aos calendários definidos pelas entidades responsáveis, bem como o acompanhamento da evolução de indicadores específicos de sinistralidade, face às metas traçadas» (RCM n.º 85/2017, p. 3082).

Visão Zero 2030

Concluído o período de vigência do PENSE 2020, partiu-se para a elaboração da ENSR 2021-2030, também conhecida como Visão Zero 2030.

Esta estratégia deverá ir ao encontro da política de segurança rodoviária da Comissão Europeia 2021-2030, com a Declaração de Estocolmo e com a abordagem do Sistema Seguro (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária - ANSR).

Partindo do princípio que zero é o único número admissível, no que diz respeito a vítimas mortais em acidentes de viação, a Visão Zero 2030 considera que, apesar de os acidentes rodoviários serem inevitáveis, desde logo,

porque está presente o fator humano e naturalmente as pessoas cometem erros e vão continuar a cometer, já as mortes em acidentes de viação não têm de ser uma fatalidade e com a adoção das medidas adequadas, as mesmas podem ser evitadas, sobretudo, através de uma abordagem baseada no sistema seguro.

Esta visão parte também do princípio que a segurança rodoviária é uma responsabilidade confiada a vários intervenientes, nomeadamente o Estado, os organismos públicos, as autarquias, os gestores de infraestruturas, as organizações com responsabilidades partilhadas na segurança e na mobilidade rodoviária, as universidades, o setor empresarial, os agentes económicos, organizações e associações, entre outros. [ANSR].

O Papel da GNR na Segurança Rodoviária

Conforme já mencionado, a sinistralidade rodoviária constitui, há décadas, um flagelo social com impactos profundos no plano humano, económico e sanitário. Em Portugal, a evolução positiva dos indicadores de segurança rodoviária, nas últimas três décadas, é inegável, fruto de uma estratégia nacional multifatorial. No centro desta evolução encontra-se a GNR, força de segurança com competências alargadas que, pela sua presença emblemática nas estradas nacionais, é frequentemente associada à ação de fiscalização. No entanto, reduzir o seu papel a esta dimensão seria um erro de análise. A GNR posiciona-se como um pilar fundamental não só da segurança rodoviária reativa, mas também da promoção ati-

va de uma mobilidade segura e sustentável. Através da sua missão de policiamento geral, a GNR atua desde a sensibilização do cidadão até à resposta a acidentes graves, passando pela proteção dos utentes mais vulneráveis e pela adaptação a novos desafios como a micromobilidade.

O pilar da fiscalização e da dissuasão: Mais do que coimas

A fiscalização, visível e direta, é a face mais reconhecida da ação da GNR. Através dos seus meios humanos e materiais, e com recurso aos seus equipamentos especiais de fiscalização, a GNR garante uma presença dissuasora permanente. Esta presença é crucial para garantir o cumprimento das regras do Código da Estrada e legislação regulamentar, com foco nos principais fatores de risco: excesso de velocidade, condução sob o efeito do álcool e de substâncias psicotrópicas, e utilização indevida do telemóvel durante a condução.

Contudo, a fiscalização da GNR é estratégica e norteada por dados de sinistralidade. Operações nacionais e campanhas específicas em períodos festivos (Páscoa, verão, Natal) concentram esforços em locais e horários de maior risco. Esta abordagem, baseada na informação policial, maximiza o impacto preventivo. A fiscalização não tem, portanto, um mero objetivo sancionatório, mas, sobretudo, modificador de comportamentos, visando internalizar nos condutores a noção de que o cumprimento da lei é monitorizado e que as infrações têm consequências. Esta é uma linha essencial de ação na prevenção de acidentes.



F74

Fonte:Revista *Sábado*.

A dimensão preventiva: Construir uma cultura de segurança

A ação da GNR estende-se muito para além da sua ação na via pública. Um dos seus vetores mais importantes é a prevenção através da sensibilização. O programa «Escola Segura», instituído há anos, é um exemplo paradigmático (F75). Através dele, militares da GNR deslocam-se a estabelecimentos de ensino, para sensibilizar crianças e jovens com temas como a segurança rodoviária, comportamentos seguros enquanto peões, passageiros ou, mais tarde, ciclistas e futuros condutores.

Esta intervenção precoce é fundamental para a formação de gerações de utentes mais conscientes e responsáveis.

Ademais, a GNR aposta em ações de preven-

ção focalizadas, com destaque para ações de sensibilização de motociclistas, jovens condutores e utentes vulneráveis, e para campanhas mediáticas que envolvem figuras públicas e influenciadores digitais. Estes esforços são potenciados por iniciativas de proximida-



F75

Fonte:GNR



Fonte:GNR

de como o programa «Escola Segura» e por campanhas específicas em zonas rurais para prevenir acidentes com tratores e veículos agrícolas.

Esta dimensão preventiva complementa-se com campanhas de sensibilização dirigidas ao público em geral, muitas vezes em parceria com outras entidades como a ANSR ou associações de vítimas da estrada. A participação em ações comunitárias, feiras e eventos permite um contacto próximo e pedagógico com os cidadãos, reforçando mensagens-chave de segurança. A GNR atua, assim, como um **agente sensibilizador e transformador de mentalidades**, atacando as causas profundas dos comportamentos de risco.

Proteção, assistência e investigação: O papel pós-acidente

Quando a prevenção falha e ocorre um acidente, a atuação da GNR revela outra faceta crítica: a de primeiro interveniente e a de investigação. Perante uma ocorrência, os militares são frequentemente os primeiros a chegar ao local, assegurando a proteção da área

e acionando os meios de socorro e de emergência médica. A sua capacidade de gestão do tráfego e do local é vital para a eficiência do socorro e para evitar acidentes secundários. Posteriormente, em acidentes mais graves, a GNR assume um papel forense fundamental através dos Núcleos de Investigação Criminal de Acidentes de Viação (NICAV). Estes militares especializados realizam a perícia aos locais dos acidentes mais graves ou com circunstâncias particulares, recolhendo provas e dados técnicos que permitem reconstituir a dinâmica do sinistro rodoviário. Este trabalho meticuloso é essencial para determinar causas, apurar responsabilidades criminais ou cíveis e, não menos importante, para produzir conhecimento que alimenta estratégias futuras de prevenção, identificando, por exemplo, «pontos negros» na rede viária ou falhas específicas de segurança.

A Implantação territorial: Uma vantagem estratégica única

A implantação territorial da GNR a nível nacional é distintiva de outras forças e serviços, e única no domínio da segurança rodoviária, garantindo uma presença e cobertura eficiente, próxima das populações. A sua distribuição territorial na especialização de trânsito, com 25 destacamentos e 14 postos, assegura o patrulhamento e a fiscalização em todas autoestradas e nas principais vias da rede nacional fundamental e complementar. Para além das subunidades da especialização de trânsito, as subunidades territoriais desempenham um papel complementar nas diversas ações de prevenção e fiscalização rodoviária, bem como



Fonte:GNR

na resposta eficiente aos acidentes em todas as outras vias da rede rodoviária nacional. A proximidade das populações facilita a realização de ações de sensibilização e preventivas, permitindo reforçar a confiança dos cidadãos que reconhecem na GNR um papel único, diferenciador e de referência, muito para além da sua autoridade fiscalizadora.

O papel da GNR na segurança rodoviária e na mobilidade é, portanto, complexo e multi-dimensional. É uma atuação que se desdobra numa tríade essencial: fiscalizar para dissuadir e corrigir; sensibilizar para prevenir e formar; e proteger e assistir quando o pior acontece. Mais do que um «polícia de trânsito», a GNR é um agente de segurança pública, com um impacto decisivo no ecossistema do trânsito e da mobilidade.

O seu futuro passará necessariamente pela continuação desta adaptação: maior utilização de tecnologia (*big data* para previsão de risco, drones para vigilância rodoviária), aprofundamento da cooperação interinstitucional e um reforço contínuo da formação especializada dos seus militares para lidar com veículos elétricos, sistemas avançados de assistência



I-2



I-3

Fonte: GNR

ao condutor e a complexidade da investigação técnico-criminal.

Num momento em que se discutem os conceitos de «Visão Zero» [zero mortes na estrada] e de cidades inteligentes e sustentáveis, a GNR mantém-se como uma peça indispensável. A sua ação concertada – entre a firmeza da lei e a pedagogia da prevenção – continuará a ser um dos pilares sobre o qual Portugal constrói uma mobilidade não apenas mais eficiente, mas, acima de tudo, mais segura e humana para todos os seus cidadãos.

O Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada e o Dia Europeu da Segurança Rodoviária

A estrada é um campo de batalha silencioso, onde números frios e impessoais escondem vidas interrompidas, famílias desfeitas e traumas que perduram. No vasto arsenal de es-

estratégias para combater este flagelo, duas datas assumem uma relevância particular, funcionando como faróis de reflexão e ação: o Dia Europeu da Segurança Rodoviária (9 de maio), um impulso para a inovação e a consciencialização coletiva, e o Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada (terceiro domingo de novembro), um momento solene de homenagem e solidariedade. No contexto português, a GNR não é apenas uma participante nestas efemérides; é uma protagonista que lhes dá substância, profundidade e uma ligação autêntica ao território e às pessoas.

O Dia Europeu da Segurança Rodoviária: A GNR como agente de uma cultura de prevenção ativa

O Dia Europeu da Segurança Rodoviária tem como objetivo promover a sensibilização e fomentar o debate em torno das melhores práticas para reduzir a sinistralidade rodoviária. A cada ano, um tema específico é eleito (como a proteção dos utilizadores vulneráveis, a velocidade ou a distração ao volante), servindo de mote para campanhas transversais.

A ação da GNR revela-se multifacetada e estratégica:

Campanhas nacionais de sensibilização: A GNR tem desencadeado, nesta data, operações e campanhas de comunicação alinhadas com o tema europeu. Através de contactos diretos com condutores nas estradas e uma presença reforçada nos diversos órgãos de comunicação social e nas redes sociais com mensagens-chave, a GNR procura traduzir as diretrizes europeias para a realidade do condutor português.



Fonte: GNR

A sensibilização como pilar central: As Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) da GNR intensificam as suas ações em escolas, associações e outros locais que permitam sensibilizar e alertar. São organizadas palestras, exposições e outras iniciativas que visam, sobretudo, os jovens, os condutores e a população em geral (F79). O objetivo é claro: internalizar comportamentos seguros desde cedo, criando uma barreira geracional contra o risco.



Fonte: GNR

Parcerias e sinergias: A GNR atua frequentemente em conjunto com a ANSR, câmaras municipais, serviços de saúde e associações de vítimas. Estas parcerias amplificam a mensagem e demonstram uma abordagem de «sistema seguro», em que a responsabilidade é partilhada por múltiplos atores. A GNR constitui-se como o braço operacional e de proximidade desta rede.

Neste dia, a GNR projeta-se não apenas como autoridade, mas como sensibilizadora e parceira da sociedade civil, enfatizando que a segurança rodoviária é uma construção diária e coletiva, alinhada com os valores e metas da União Europeia.

O Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada: A dimensão humana e solidária da missão

Se o dia 9 de maio olha para o futuro com esperança, o Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada lança um olhar profundamente humano e respeitoso sobre o passado e o presente do sofrimento.

É um dia de luto, reconhecimento e apoio às famílias enlutadas e sobreviventes marcados física e psicologicamente.

Nesta data, a intervenção da GNR é carregada de um simbolismo profundo e de uma sensibilidade ímpar:

Cerimónias de homenagem: A GNR participa ativamente nas cerimónias de homenagem por todo o país. Estas podem incluir deposição de coroas de flores em memoriais, minutos de silêncio, leitura de nomes de vítimas ou missas em sua memória. A presença institucional e solene da GNR confere um peso

oficial ao reconhecimento da perda, validando publicamente o sofrimento das famílias.

Proximidade com as vítimas e famílias: Para além do cerimonial, os militares da GNR estabelecem um contacto próximo e solidário com associações de vítimas. Esta proximidade rompe a barreira impessoal do Estado e mostra o rosto humano da Instituição que, muitas vezes, foi a primeira a chegar ao local do acidente ou a investigar a sua causa.

Transformar a dor em alerta: A memória não é um fim em si mesma. A GNR utiliza este momento, emocionalmente carregado, para reforçar, de forma impactante, mensagens de prevenção. O discurso é claro: «Recordamos aqueles que perderam a vida para que a sua morte não seja em vão e para inspirar a ação que previne futuras tragédias». Testemunhos partilhados (com o devido cuidado) e dados sobre as consequências dos acidentes, servem como um poderoso apelo à responsabilidade individual.

A GNR assume o papel de guardião da memória coletiva e de canal de solidariedade institucional, lembrando a sociedade que, por detrás de cada número, há um nome, uma história e uma família.

A fusão dos propósitos: Fiscalização informada pela consciência

A verdadeira força da atuação da GNR está na forma como conjuga duas dimensões complementares — a vertente preventiva e educativa do Dia Europeu, e a dimensão memorial e solidária do Dia Mundial —, integrando-as na sua ação operacional diária. O militar que, numa ação de fiscalização, aborda um condutor, não

é apenas um aplicador da lei. É um agente portador de uma dupla consciência:

A consciência técnica e estratégica, alimentada pelas metas europeias e nacionais, focada em alterar comportamentos de risco; e

A consciência humana e empática, moldada pelo contacto com a tragédia e pela memória das vítimas que representa.

Esta fusão humaniza a fiscalização. Uma repressão ou uma ação de sensibilização no terreno pode ser mais eficiente, quando subtil ou explicitamente comunicada com o peso desta dupla responsabilidade.

O envolvimento da GNR no Dia Europeu da Segurança Rodoviária e no Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada ilustra a complexidade e a abrangência da sua missão. Mais do que uma força de segurança, a GNR afirma-se como uma instituição cívica essencial, capaz de articular as estratégias com a realidade concreta de uma família enlutada, em qualquer ponto do território nacional.

Através da sensibilização, no Dia Europeu da

Segurança Rodoviária semeia-se o futuro e através da memória, no terceiro domingo de novembro, honra-se o passado e confortam-se os que sofrem no presente.

Num cenário em que a sinistralidade rodoviária permanece um dos maiores desafios de saúde pública, o papel da GNR nestas datas é um antídoto contra a indiferença. Reforça a ideia de que a segurança rodoviária é, acima de tudo, um imperativo ético e humano. Um imperativo que a GNR, com a sua presença distintiva, ajuda a sociedade a não esquecer nem os que partiram, nem a responsabilidade coletiva de proteger os que circulam. É este compromisso, simultaneamente firme e compassivo, que consolida a GNR não apenas como guardião da lei, mas como guardião da vida e da memória nas estradas de Portugal.

Mobilidade, Desafios Atuais e Futuros

A sinistralidade rodoviária e os desafios da micromobilidade

O conceito de mobilidade está em profunda transformação, a rápida difusão dos veículos de micromobilidade (trotinetas, bicicletas, dispositivos de circulação com motor elétrico, autoequilibrados e automotores, bem como outros meios análogos) ampliou as opções para a «primeira e última milha», com potenciais benefícios em termos de eficiência, sustentabilidade e descongestionamento do tráfego urbano. Todavia, a evolução tecnológica e de mercado não tem sido, em muitos contextos, acompanhada pelo necessário enquadramento normativo, nem pela provisão adequada de infraestruturas (Milovanović *et al.*, 2023).

A GNR é desafiada a adaptar a sua atuação a



Fonte: GNR



Fonte: Jornal O Observador [06/06/2025].

esta nova realidade, cujas formas de deslocação, muitas vezes partilhando o espaço com peões e veículos automóveis, geram novos conflitos e riscos.

Um dos principais desafios é o enquadramento legal destas novas formas de deslocação. A GNR tem respondido a este desafio através de diversas vias, participando ativamente na definição e, sobretudo, na operacionalização da regulamentação aplicável a estes novos meios, propondo inclusive alterações (como a obrigatoriedade de uso de capacete em trotinetes e em bicicletas) que permitam evitar acidentes e mitigar as suas consequências. A legislação aplicável tem vindo a adaptar-se progressivamente a esta realidade. Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 26/2025, de 20 de março, estabeleceu a obrigatoriedade

de seguro de responsabilidade civil para determinados veículos de mobilidade pessoal, como trotinetes de maior potência ou velocidade, atribuindo às Forças de Segurança a competência para fiscalizar o seu cumprimento. Paralelamente, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) tem sublinhado a importância de clarificar regras como o uso obrigatório de capacete e a circulação em vias adequadas, o que sublinha o papel da GNR na uniformização de procedimentos e na sensibilização dos utilizadores.

A cooperação com autarquias, operadores de micromobilidade e entidades gestoras de infraestruturas é igualmente fundamental. A partilha de dados e a integração da fiscalização permitirão uma supervisão em tempo real, uma resposta mais célere a situações

de risco e uma uniformização da atuação em todo o território.

Para além da vertente repressiva, é fundamental que exista uma forte componente pedagógica, através da participação em campanhas de sensibilização e ações de proximidade em escolas e comunidades, de forma a promover comportamentos seguros e responsáveis.

A GNR tem desenvolvido ações de informação específicas para utilizadores de trotinetes e ciclistas, alertando para os perigos da circulação em passeios, do uso de auriculares ou da falta de iluminação. É por isso crucial a atuação da GNR, para garantir a convivência segura entre todos os modos suaves e tradicionais de transporte, protegendo os utentes mais vulneráveis (peões, ciclistas) numa lógica de mobilidade inclusiva.

Ao conjugar fiscalização inteligente, tecnologia e educação, a GNR garante que a nova mobilidade se torne uma oportunidade e não um fator acrescido de risco.

A evidência recente identifica áreas críticas para a segurança dos utilizadores vulneráveis em ambientes com micromobilidade, designadamente: (i) lacunas no enquadramento normativo; (ii) conflitos de utilização do espaço rodoviário; (iii) insuficiência ou descontinuidade da infraestrutura; (iv) comportamentos de risco e baixa perceção do risco; e (v) carência de dados e de tecnologia de apoio à decisão (Milovanović *et al.*, 2023; Sudhakaran *et al.*, 2025).

Para além de intervenções nos subsistemas normativo e infraestrutural, a abordagem deve ser explicitamente sistémica: integrar a micromobilidade na rede rodoviária, com

hierarquias claras, velocidades e interseções compatíveis, bem como com gestão dinâmica de conflitos (v. g., separação espacial e/ou temporal nas zonas de maior fricção). Os estudos sobre micromobilidade sublinham que o seu potencial de sustentabilidade apenas se concretiza quando amparado por políticas de segurança robustas, que reforcem o papel de infraestruturas «tolerantes ao erro» e de regimes efetivos de gestão da velocidade (Vovk *et al.*, 2025).

Em suma, a micromobilidade constitui, em simultâneo, oportunidade e desafio: oportunidade de reduzir a utilização do automóvel nos meios urbanos e desafio por expor, com nitidez, as fragilidades de sistemas concebidos durante décadas, sobretudo, para o tráfego motorizado. Uma resposta eficiente exige «regra, rede e ritmo»: regra (enquadramento jurídico e fiscalização proporcionais), rede (infraestruturas dedicadas e contínuas) e ritmo (velocidades compatíveis com a vulnerabilidade humana) (Milovanović *et al.*, 2023; Vovk *et al.*, 2025).

Infraestrutura segura e gestão da velocidade: vias autoexplicativas e tolerantes

A infraestrutura e a gestão da velocidade constituem pilares essenciais na prevenção de mortes e de feridos graves. A evidência científica é consistente: a redução da velocidade média do sistema rodoviário, mormente em meio urbano, diminui de forma expressiva o risco e a gravidade das lesões; por sua vez, as medidas de acalmia de tráfego e a conceção de vias autoexplicativas e tolerantes pro-

movem comportamentos mais homogêneos e previsíveis [Risser, 2004; LNEC, 2013].

As boas práticas europeias evidenciam a importância de uma rede rodoviária hierarquizada, com funções bem definidas — fluxo, distribuição e acesso —, desenho geométrico coerente com a velocidade-alvo, interseções simplificadas e margens de estrada «perdoáveis» (*forgiving roadsides*), removendo ou esculpando obstáculos perigosos e assegurando zonas livres adequadas [LNEC, 2013].

Em Portugal, a abordagem do Sistema Seguro tem vindo a ser vertida em documentos técnicos aplicáveis, mormente às vias urbanas, articulando critérios geométricos, de gestão da velocidade e de proteção dos utilizadores vulneráveis (peões e ciclistas). Estas normas valorizam a legibilidade (vias «autoexplicativas») e a tolerância ao erro (vias «tolerantes»), transpondo conhecimento de referência para a prática [Vieira Gomes *et al.*, s.d.].

Ademais, a avaliação de alternativas de intervenção na área adjacente à faixa de rodagem — taludes, zonas livres, sistemas de retenção, eliminação de obstáculos — beneficia, atualmente, de procedimentos racionais que quantificam os efeitos esperados em sinistralidade, custos e benefícios, apoiando decisões transparentes e custos-eficazes. Tais procedimentos, desenvolvidos com base em dados e experiência nacionais, reforçam a necessidade de atuar «do exterior para o interior»: tratar margens e elementos laterais, modelar a secção transversal e, só depois, recorrer a medidas de sinalização e controlo, quando necessário [LNEC, 2013].

Em suma, a dimensão comportamental não

deve ser secundarizada; contudo, à luz do Sistema Seguro, as opções de desenho e a definição de velocidades-alvo devem assumir primazia [Job *et al.*, 2022].

O uso da tecnologia na segurança rodoviária — MOPREVIS

A transformação digital fornece hoje instrumentos decisivos para passar de políticas reativas para políticas preditivas. Em Portugal, o projeto MOPREVIS — Modelação e Predição de Acidentes de Viação no distrito de Setúbal — é um exemplo de como a tecnologia pode reforçar a segurança rodoviária ao ligar a ciência de dados à decisão operacional.



I-4

O projeto resultou de uma parceria entre a Universidade de Évora e o Comando Territorial de Setúbal da GNR e definiu objetivos práticos: identificar determinantes dos acidentes e da sua gravidade, construir um sistema de informação espacial, traçar perfis de intervenientes, desenvolver modelos preditivos por troços de estrada e dotar a GNR de uma ferramenta digital de apoio à decisão [Infante *et al.*, 2023].

Assente numa infraestrutura de dados integrada e validada, o MOPREVIS agregou fontes da GNR [Boletim Estatístico de Acidentes de Viação], ANSR, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), Infraestruturas de

Portugal (IP) e *Waze* (aplicação de navegação GPS), no espaço temporal de 2016–2019 (com extensões analíticas até 2022), e totalizando 979 variáveis de natureza espacial, temporal, ambiental e de caracterização de vias, veículos e intervenientes. Sobre estes dados, aplicaram-se metodologias estatísticas e modelos de aprendizagem automática, bem como Sistemas de Informação Geográfica para localizar *hotspots* (pontos cruciais), construir atlas de suscetibilidade e desenvolver um novo indicador de gravidade mais robusto (Infante *et al.*, 2023).

O resultado materializou-se numa aplicação digital que disponibiliza informação sobre o «Passado» (*dashboard* histórico), «Presente» (mapas/atlas de suscetibilidade e indicador de gravidade por troço) e «Futuro» (predições por segmentos de 500 m e 2 000 m) em vias críticas como a EN4, EN10, IC1, A33 e Ponte Vasco da Gama, permitindo o empenhamento seletivo de meios e planeamento de operações orientadas por informação (Infante *et al.*, 2023).

Estratégias Integradas de Segurança Rodoviária para Uma Mobilidade mais Segura

Necessidade de reforço da educação rodoviária desde a escola

A educação rodoviária constitui o alicerce fundamental para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e capazes de adotar comportamentos seguros, no espaço rodoviário. Conforme já mencionado, a prevenção é tanto mais eficiente quanto mais cedo for iniciada, pelo que importa reforçar a presença

de conteúdos de segurança rodoviária ao longo de todo o percurso escolar, desde o ensino pré-escolar até ao secundário.

No contexto europeu, a Educação para a Cidadania assume-se como um processo que capacita os alunos para participarem ativamente na vida democrática, exercendo e defendendo direitos e deveres, valorizando a diversidade e contribuindo para uma sociedade mais justa. Em Portugal, esta abordagem é operacionalizada através da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, prevista no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que promove conhecimentos e competências orientados para o desenvolvimento pessoal, a participação cívica e o respeito pelos valores constitucionais e pelos Direitos Humanos.

Neste âmbito, destaca-se o papel da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, presente no currículo do ensino básico e secundário, que se apresenta como o espaço privilegiado para abordar, de forma estruturada e contínua, temas relacionados com a mobilidade segura, os direitos e deveres dos utilizadores das vias e a importância da prevenção da sinistralidade rodoviária. Entre as oito dimensões obrigatórias desta componente curricular, assume especial relevância a de Risco e Segurança Rodoviária, que visa dotar crianças e jovens de conhecimentos e atitudes que lhes permitam identificar perigos, minimizar vulnerabilidades e adotar comportamentos de autoproteção. Esta dimensão, fomenta uma mobilidade segura e sustentável e contribui para a construção de uma cultura de prevenção e segurança desde a infância.

Impõe-se, assim, a adoção de uma estratégia nacional estruturada, que integre módulos pedagógicos progressivos e adaptados a cada faixa etária, articulando a Cidadania e Desenvolvimento com outras áreas curriculares e envolvendo professores, famílias e autarquias. Estes programas devem conjugar sessões teóricas com experiências práticas, recorrendo a meios multimédia, simuladores e demonstrações no terreno, de forma a promover a compreensão efetiva da importância desta temática para a sociedade. A consolidação sistemática destes programas, numa lógica de continuidade e avaliação de resultados, permite formar uma geração mais atenta, informada e menos propensa a comportamentos de risco, quebrando o ciclo da sinistralidade rodoviária a médio e longo prazo, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e europeias de redução de vítimas.

Estratégias de redução da sinistralidade rodoviária

A redução da sinistralidade rodoviária é uma prioridade estratégica da GNR e um compromisso assumido na ENSR 2021-2030, em consonância com as metas da União Europeia de reduzir em 50% o número de mortos e feridos graves até 2030. Para alcançar este objetivo, a GNR, ao longo do tempo, tem orientado um patrulhamento e uma fiscalização para as vias e períodos com maior probabilidade de ocorrência de acidentes, de forma a maximizar o impacto preventivo das suas ações.

Uma das linhas de atuação prioritárias é a fiscalização seletiva dos principais fatores de risco: excesso de velocidade, condução sob

efeito de álcool e drogas, uso indevido do telemóvel e não utilização de cintos de segurança ou capacete, incidindo de forma sistemática nos locais e períodos com maior probabilidade de sinistralidade.

A análise de pontos negros e locais de risco elevado é outro eixo fundamental da estratégia, permitindo identificar áreas prioritárias de intervenção em conjunto com a ANSR, a IP e as concessionárias de autoestradas. A articulação destas medidas de fiscalização, prevenção, engenharia e comunicação gera um ciclo virtuoso que contribui para uma mobilidade mais segura e para o cumprimento das metas nacionais e europeias de redução de vítimas, consolidando o papel da GNR como garante da segurança rodoviária em todo o território nacional.

Formação contínua e valorização dos recursos humanos

A especialização de Trânsito da GNR é uma das mais exigentes do ponto de vista técnico e operacional. Os militares desta especialização são chamados a intervir diariamente, em contextos de elevada complexidade, desde a fiscalização de matérias perigosas, transporte coletivo de crianças e tacógrafos, até à gestão de tráfego em situações críticas ou eventos de grande dimensão. Para responder a estas exigências, é fundamental assegurar uma formação contínua, atualizada e adaptada às novas realidades da mobilidade, capacitando os militares com conhecimentos técnicos, tecnológicos e jurídicos indispensáveis ao desempenho da missão.

A GNR, através da Unidade Nacional de Trâ-

sito, tem vindo a reforçar o seu papel como referência formativa no domínio da segurança rodoviária, promovendo cursos de subespecialização, formações modulares e ações de treino em motociclos, assim como reciclagens regulares de procedimentos operacionais. Entre os exemplos mais relevantes estão o Curso de Fiscalização de Tacógrafos, Curso de Fiscalização de Transportes Rodoviários de Mercadorias Perigosas e o Curso de Operador de Cinemómetros. Este investimento assegura que os militares estão preparados para fiscalizar de forma rigorosa e tecnicamente fundamentada, mesmo em áreas emergentes.

Para além da componente técnica, a valorização dos recursos humanos da especialização de Trânsito exige uma estratégia estruturada de gestão de carreiras e reconhecimento do mérito. O reconhecimento público e interno do mérito, através de distinções, louvores e incentivos à formação contínua, é determinante para manter a motivação e a retenção de talentos, assegurando que a GNR continua a dispor de quadros altamente qualificados e comprometidos com a redução da sinistralidade rodoviária.

Por último, a formação contínua deve ser acompanhada de cooperação institucional com entidades externas, como o IMT, o Autoridade para as Condições do Trabalho, a ANSR, as concessionárias de autoestradas e universidades, para garantir que os conteúdos se mantêm atualizados e alinhados com as melhores práticas europeias. Esta aposta na capacitação e valorização dos militares da especialização de Trânsito é um investimento

direto na qualidade do serviço público prestado pela GNR, garantindo uma resposta mais eficiente, profissional e preventiva, contribuindo de forma decisiva para a redução da sinistralidade rodoviária e para a segurança de todos os utentes das vias.

O investimento em formação especializada é um investimento no futuro, na produtividade, na vantagem competitiva, na evolução e adaptação aos novos desafios.

Conclusão

A análise do papel da GNR, no ecossistema da segurança rodoviária portuguesa, permite concluir que a sua atuação é multidimensional e sistémica, alinhando-se com os princípios do Sistema Seguro e da ENSR. A sua intervenção não se limita à fiscalização repressiva, assumindo-se como um pilar central na sensibilização, prevenção, investigação e adaptação aos novos desafios da mobilidade.

A GNR é o braço executivo indispensável para a concretização das políticas nacionais e europeias de segurança rodoviária. A sua presença territorial única, a capacidade de intervenção imediata e a autoridade para fiscalizar e sensibilizar tornam-na fundamental para a operacionalização prática do paradigma do Sistema Seguro, que visa criar um ambiente rodoviário tolerante ao erro humano. A missão da GNR assenta em três pilares interligados que se reforçam mutuamente:

Sensibilização e Prevenção: Através de programas como a «Escola Segura» e ações de proximidade, a GNR investe na construção de uma cultura de segurança rodoviária desde a infância, formando utilizadores

conscientes e quebrando ciclos geracionais de comportamentos de risco.

Fiscalização e Dissuasão: Atua de forma seletiva, com operações em períodos e locais de alto risco (como demonstrado na «Operação Páscoa 2024»), focando-se nos principais fatores de sinistralidade (velocidade, álcool, distração). Esta ação tem um propósito modificador de comportamentos e não meramente sancionatório.

Resposta Pós-Acidente e Investigação Técnica: Atua como primeiro interveniente e, através dos NICAV, realiza investigações forenses essenciais para apurar causas, responsabilidades e gerar conhecimento que alimenta novas estratégias de prevenção.

Na adaptação aos novos desafios da mobilidade, a GNR tem demonstrado capacidade de evolução perante as transformações no setor, nomeadamente com o surgimento da micromobilidade (trotinetes, bicicletas elétricas). A integração de tecnologia para uma melhor tomada de decisão, como é o exemplo do projeto MOPREVIS, ilustra a transição da

GNR para um modelo de policiamento preditivo e baseado em dados. A utilização de *big data* e modelos de previsão de risco permite otimizar a alocação de meios, intervir de forma preventiva em troços críticos e aumentar a eficiência geral da sua ação.

A participação ativa da GNR em datas como o Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada vai além do cerimonial. Representa a dimensão humana e solidária da sua missão, conferindo peso institucional à memória das vítimas e utilizando-a como um poderoso instrumento de consciencialização social sobre as consequências reais da sinistralidade.

Em síntese, a GNR afirma-se não apenas como uma força de autoridade no trânsito, mas como uma instituição cívica completa. O seu futuro e eficiência contínua dependem da consolidação desta abordagem integrada – que conjuga firmeza na ação, investimento na formação, adoção de tecnologia e uma profunda consciência do seu papel na proteção da vida –, sendo decisiva para que Portugal atinja as metas ambiciosas da «Visão Zero 2030».

